

#### Universidades Lusíada

Jesus, Filipe Emanuel Mesquita de

Projectar a memória : reabilitação do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo : recuperação do Mosteiro

http://hdl.handle.net/11067/3786

#### Metadados

Data de Publicação

2016

Resumo

Resumo: Focando sobre o objetivo da reabilitação e salvaguarda do Património Arquitetónico, procura-se de trazer a memória e a identidade ao lugar. Na presente dissertação vai em busca de compreender através da arquitetura, como um instrumento de intervenção e meio de segurança real da salvaguarda da memória de uma comunidade, do qual importa preservar. Ao longo dos tempos depara-se numa constante apropriação dos espaços, uma característica natural da evolução Humana e tecnológica sobre o terr...

Abstract: Focusing on the aim of rehabilitation and safeguarding of the Architectural Heritage, and in the search for bringing memory and identity to the place, the current dissertation searches to comprehend the architecture as an intervention tool and a real safety mean to keep the memory of a community, which should not be lost. Throughout the times, we are faced with constant appropriation of spaces, a natural feature of the human and technological evolution over the territory. The matter ...

**Palavras Chave** 

Arquitetura, Património arquitectónico, Memória, Identidade, Intervenção

arquitectónica

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-29T13:27:19Z com informação proveniente do Repositório

## PROJETAR A MEMÓRIA REABILITAÇÃO DO MOSTEIRO DE BUSTELO

Filipe Emanuel Mesquita de Jesus



15|16

Orientador: Professor Doutor Miguel Malheiro



# UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

## Projetar a Memória: Mosteiro de S. Miguel de Bustelo

Recuperação do Mosteiro

## Filipe Emanuel Mesquita de Jesus

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Porto 2016

## Agradecimentos

Venho deixar aqui o meu OBRIGADO, com uma abundante sorte, combinado com o privilégio e muito trabalho, pelo simples facto de ter comigo neste percurso o Arq. Professor Miguel Malheiro pela orientação deste trabalho, pelo cuidado e persistência.

Aos professores que neste longo caminho académico deixaram um pouco de si comigo, em concreto o Arq. João Rapagão, o Arq. João Cardoso, Arq. Cristina Guedes.

Um especial agradecimento aos meus pais, irmãos e a arquiteta Sara Cortez Marques.

#### Resumo

Focando sobre o objetivo da reabilitação e salvaguarda do Património Arquitetónico, procura-se de trazer a memória e a identidade ao lugar. Na presente dissertação vai em busca de compreender através da arquitetura, como um instrumento de intervenção e meio de segurança real da salvaguarda da memória de uma comunidade, do qual importa preservar.

Ao longo dos tempos depara-se numa constante apropriação dos espaços, uma característica natural da evolução Humana e tecnológica sobre o território. Pois a questão é, quando estes espaços se tornam esquecidos no tempo em degradação permanente, envelhecido na sua função, mantendo o edificado desadequado e expectante.

Então este património, apresenta um caráter pertinente para esta investigação. A matéria desenvolve-se num caso de estudo, onde se procura entender o património e como devolver as memórias de uma identidade a um determinado povo, percebendo a sua importância de realizar estratégias para intervir e trazer de volta um edifício que pertence ao povo.

Com um suporte histórico para perceber quais as etapas do estudo da reabilitação arquitetónica passaram, os modelos teóricos e as experiencias que se pode destacar da realidade geográfica, se manifestamente próxima do desafio que se enfrenta, no lugar da aldeia de Bustelo, cidade de Penafiel a norte de Portugal. Concluindo com um contexto histórico e geográfico do lugar, e uma proposta de reabilitação com o intuito de valorização e salvaguarda que corresponde à autenticidade, sendo esta uma ação que defenderá honestidade das comunidades onde se insere.

#### **Abstract**

Focusing on the aim of rehabilitation and safeguarding of the Architectural Heritage, and in the search for bringing memory and identity to the place, the current dissertation searches to comprehend the architecture as an intervention tool and a real safety mean to keep the memory of a community, which should not be lost.

Throughout the times, we are faced with constant appropriation of spaces, a natural feature of the human and technological evolution over the territory. The matter is those spaces are forgotten in time in a permanent degradation, aged in its function, keeping the built heritage inappropriate and expectant.

Then, this patrimony, presents a relevant character for this research. The issue developpes itself on a case study, in which we aim to understand the heritage and how to give back the memories of an identity from a certain nation, realizing its importance and defining strategies to intervene and bring back a building which belongs to the people.

With a historical support to understand which steps from architectural rehabilitation study have already passed, the theoretical models and tests that can be highlighted from the geographic reality of the challenge faced, situated in the village of Bustelo in Penafiel northern Portugal. To conclude, with a historical and geographic context of the place, and a rehabilitation proposal with the aim of enhancement and safeguarding which corresponds to the authenticity, being an action that will defend the integrity of local communities where it operates.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACTO	III
ÍNDICE	IV
INDICE DE IMAGENS	${f V}$
INTRODUÇAO	VIII
CAPÍTULO I   PROJETAR A MEMÓRIA	24
Património   Memória   Identidade	
1.1   Conceito de Património	
1.1.1   Origens do Conceito de Património	
1.1.2   Conceção do Património na Atualidade	
1.1.3   O Património Material e Imaterial	
1.2   Conceito de Identidade	
1.3   Conceito de Memória	
Metodologias de Intervenção	
1.4   Conceitos e Referências	
1.5   Contexto Português	
1.6   Reabilitar e Revitalizar	
CAPÍTULO II   CASOS PRÁTICOS DE REFERÊNCIA	70
2.1   Mosteiro de Santa Maria do Bouro	
2.2   Mosteiro da São Gonçalo	
2.3   Mosteiro de Santa Clara	

CAPÍTULO III   MOSTEIRO DE SÃO MIGUEL DE BUSTELO	86
O Mosteiro	
3.1   A Memória do Lugar	
3.2   Caraterização do Elemento	
3.3   Desenvolvimento Morfológico	
3.4   Levantamento	
Proposta de Reabilitação – Hospedaria	
3.5   O Conceito	
3.6   A Proposta	
3.7   Soluções Adotadas	
3.8   Considerações Finais	

**BIBLIOGRAFIA** 

122

## Índice de Imagens

#### Fig. - 1

Imagem de Eugène Emanuel Viollt-leDuc

Imagem disponível em no dia 9 de maio de 2016

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4d/Eugene viollet le duc.jpg/220px-

Eugene viollet le duc.jpg

#### Fig. - 2

Imagem de John Ruskin

Imagem disponível em no dia 9 de maio de 2016

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/0a/John\_Ruskin\_1863.jpg/220px-

John Ruskin 1863.jpg

## Fig. - 3

Imagem de Camillo Boito

Imagem disponivel em no dia 9 de maio de 2016

http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid 9/d5e0 resenha230.jpg

#### Fig. - 4

Imagem de Gustavo Giovannoni

Imagem disponivel em no dia 9 de maio de 2016

http://admin.accademiasanluca.eu/giovannoni\_3.jpg

#### Fig. - 5

Imagem de Cesare Brandi

Imagem disponivel em no dia 9 de maio de 2016

https://nomundodosmuseus.files.wordpress.com/2007/05/cesare-brandi.jpg

#### Fig. - 6

Praça da República de Braga

Imagem disponivel em no dia 25 de março de 2016

http://www.diariodominho.pt/media/miniaturas/c4/02/c40226c42cf0fa201e21ad5e4a8ac5be.jpg

## Fig. - 7

Praça da Oliveira de Guimarães

Imagem disponivel em no dia 25 de março de 2016

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f7/Pra%C3%A7a da Oliveira 01.jpg

#### Fig. - 8

Praça D. Pedro IV, Rossio de Lisboa

Imagem disponivel em no dia 25 de março de 2016

http://www.idesignhotel.com/wp-content/uploads/2014/06/location-S5.jpg

#### Fig. - 9

Convento Santa Maria do Bouro, de Amares

Imagem disponivel em no dia 25 de março de 2016

https://www.mimoa.eu/images/2703\_1.jpg

#### Fig. - 10

Convento Santa Maria do Bouro, de Amares

Imagem disponivel em no dia 25 de março de 2016

http://images.adsttc.com/media/images/5583/990a/e58e/ce17/3700/00c1/newsletter/15.jpg?1434687746

## Fig. - 11

Convento de São Gonçalo. Amarante

Imagem disponivel em no dia 25 de março de 2016

http://images.turismoenportugal.org/Mosteiro-de-Sao-Goncalo-Amarante.jpg

#### Fig. – 12

Mosteiro de Santa Clara, Coimbra

Imagem disponivel em no dia 25 de março de 2016

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f3/Coimbra\_December\_2011-7.jpg/250px-

Coimbra December 2011-7.jpg

## Fig. - 13

Mosteiro de Santa Clara, Coimbra

Imagem disponivel em no dia 25 de março de 2016

http://static.globalnoticias.pt/storage/DN/2016/dn2015 detalhe topo/ng5588544.JPG

Fig. - 14

Esquema realizado pelo candidato, imagem retirada do Google Maps

Fig. - 15

Esquema realizado pelo candidato, imagem retirada do Google Maps

Fig. - 16

Fotografia realizado pelo candidato

Fig. - 17

Desenho realizado pelo candidato

Fig. - 18

Desenho realizado pelo candidato

Fig. - 19

Desenho realizado pelo candidato

Fig. - 20

Desenho realizado pelo candidato

Fig. -2

Desenho do levantamento realizado pelo candidato

Fig. – 22

Desenho do levantamento realizado pelo candidato

Fig. - 23

Fotografia realizado pelo candidato

Fig. - 24

Desenho do levantamento realizado pelo candidato

Fig. - 25

Desenho do levantamento realizado pelo candidato

Fig. - 26

Fotografia realizado pelo candidato

Fig. - 27

Fotografia realizado pelo candidato

Fig. - 28

Desenho da proposta final realizado pelo candidato

Fig. - 29

Desenho da proposta final realizado pelo candidato

Fig. – 3(

Desenho da proposta final realizado pelo candidato

Fig. - 31

Desenho da proposta final realizado pelo candidato

Palavras-chave: Património Cultural, Identidade, Memória, Reabilitação, Mosteiro de S. Miguel de Bustelo
Mosteiro de São Miguel de Bustelo

Projetar a Memória

## Introdução

Enquadramento

O Património arquitetónico, é muito mais que um simples "mensageiro" das nossas origens ou de edificios comuns. O Património é algo de grande relevância e consistente do que se guarda dos nossos antepassados e que nos faz analisar o passado de uma forma de cronológica para que possamos entender a progressão dos tempos.

Sendo que o conceito de património arquitetónico ao longo do século XX terá sofrido expressivas reestruturações, pois numa fase inicial o conceito focava-se em especificidades simples e isoladas, numa fase posteriori os conceitos obtêm um alargamento a sua envolvente, salientando o valor referido entre as relações do edificio e o lugar, transpondo a uma dimensão a nível do território, do ambiente e sociocultural. Em simultâneo, a partir da transformação do conceito de Património, os métodos, as estratégias e os instrumentos que ajudam e protegem, também sofreram alterações significativas e importantes que vão permitir uma evolução da construção em análise e um acompanhamento relevante na posição da salvaguarda e nos parâmetros que coordenam estes imóveis a nível cultural e social.

Neste sentido a conservação do património revela-se como um fator importante na área de investigação e investimento, de procurar os melhores e os mais eficientes contributos para uma menor divergência que circunda este contexto, sendo o mais que tudo, a salvaguarda da autenticidade do edifício.

Nesta sequência, a reabilitação arquitetónica veio gerar uma posição pertinente e importante na recuperação de estruturas, também na preservação da vivência sociocultural. Depois, uma investigação na atualidade num propósito de elevar a regeneração destes espaços, posicionando a reabilitação como tema do dia e determinar um método eficiente de intervenção, plurifacetado, importante a criação de um modelo para obter uma base solida de preservação de edifícios classificados, em que paralelamente se promova intervenção constante e saudável sem evitar perdas irremediáveis de identidade destes lugares.

A reabilitação é também importante pelo método adotado da construção, de forma a conservar aspetos elementares de um monumento, num sentido de reformar e obter uma manutenção e um caminho excecional para extensão de proteção e por conseguinte um bom lançamento para um futuro. Neste seguimento, pode-se concluir que será inegável a participação da população que na aldeia reside, pois a esta, pertence-lhe em parte o património, talvez chegando mais longe, que a mesma terá assim a base pela sustentabilidade e usufruto do local, mais especificamente ao edificio em estudo, mais importante que uma pontualidade, é uma continuidade de experiências vividas ao longo dos tempos.

Nos dias presentes passa-se uma perceção que estamos num período de reformulação de pensamentos, ideias no âmbito social e cultural, puxando assim a necessidade de um plano de recuperação. Nos territórios de carater rural, no caso a aldeia de Bustelo da cidade de Penafiel, apresenta uma nova potencialidade, um património esquecido, abandonado em plena decadência. Os seus tributos e potencialidades de património, aliados a uma história, tradição e cultura, podem significar uma capacidade de regeneração do mesmo, propondo assim a vontade de reabilitação e desenvolvimento de atos culturais e turísticos.

âmbito

A dissertação desenvolve-se no espaço da unidade curricular de Projeto III do curso de Arquitetura da Universidade Lusíada do Porto, na área de Património. Tendo a oportunidade de escolher vários edifícios, o Mosteiro de São Miguel de Bustelo no conselho de Penafiel, foi o pretendido.

Nesse seguimento, o Mosteiro de São Miguel de Bustelo enquanto objeto de estudo, analisado no âmbito da arquitetura, favorece o património de uma forna vital. Este trabalho de investigação para a conclusão do curso de arquitetura passa por um estudo de intervenção no património, com a missão da sustentabilidade e desenvolvimento para uma valorização cultural, social e turística da região local e nacional.

motivações

Motivados pela memória, identidade, conceitos arquitetónicos e culturais em espaços de sentido patrimonial, sabendo que estes revelam uma simbologia marcante para a organização e criação do território nacional, pretendendo preservar o seu testemunho de civilizações passadas, estabelecendo uma relação muito aproximada do passado para o presente e futuro.

Pois a arquitetura ainda assim como disciplina, terá o conhecimento e capacidade de cuidar da união da história e da aparência, da memória e da vontade de transformar, estabelecendo uma relação entre o passado e o futuro. Como estudante de arquitetura, o que mais me seduz nesta área, será a relação em que por um lado se compreende o estado da história, da memória e da identidade, e por outro lado, não é estática, não fica agarrada e faz procurar novas formas de transformar e evoluir permanentemente.

objetivos

Pretende-se com esta investigação perceber as memórias, identidades e o património cultural, para que se possa refletir sobre até onde os espaços de sentido cultural poderão ser ou não intervencionados para uma reabilitação, pois essas hipóteses consideradas podem, no entanto, ser determinantes na obtenção de respostas às novas competências e realidades, e em simultâneo preservar a memória, identidade sociocultural, arquitetónico e patrimonial.

Pois assim, leva a questionar e valorizar as civilizações passadas pela arquitetura, levando a reabilitação como um caminho justificável a seguir, promovendo para o presente e para o futuro novas valências. Entende-se que a preservação do património deverá se acontecer, pois em Portugal, muitos destes são negligenciados, caindo em ruína ou no esquecimento, como exemplo será o objeto de estudo. Importa também focar as atenções para fora dos grandes centros urbanos, como o Mosteiro de São Miguel de Bustelo.

Pretende-se também, saber qual a importância da reabilitação nos edifícios classificados, como estes se reabilitam e as suas tendências. Pretende-se também, com os resultados obtidos, poder-se analisar se estes garantem a autenticidade da sua memória e identidade, do qual define o património.

Surge assim, o tema essencial de todo o trabalho: como definir uma estratégia para uma intervenção, com o objetivo de trazer à população a memória e identidade do espaço, melhorando o edifício, com planeamento de acessibilidades de utilização contemporânea. Esta contribuiria para dar a conhecer um património esquecido, obtendo em alerta a necessidade de reabilitar, demostrando as potencialidades, aproximação da comunidade local à aldeia de Bustelo.

estado da arte

O tema projetar a memória, divide-se em duas partes: a primeira parte aborda a noção de Património, noção de memória e noção de identidade, na segunda parte aborda os conceitos das metodologias de intervenção no Património. São vários os autores que compõem estas abordagens, terão um papel fundamental e bastante ativo, e uma contribuição de argumentos expressivos e fundamentados no diz respeito a uma análise à abordagem do tema.

Portanto, esta dissertação na sua análise obterá ideias fundamentadas de alguns autores, na abordagem à primeira parte do tema autores como Mário de Souza Chagas, tem experiência na área de Museologia, com ênfase em Memória Social Instituições de Memória e Patrimônio Cultura, Françoise Choay, uma historiadora das teorias urbanas e arquitetónicas, Joseph Ballart, um historiador em museologia, património cultural e filosofia, Llorenç Prats, um antropólogo social, bastante interveniente com seminários sobre património e turismo, Pierre-Laurent Frier, foi um professor de direito público da Universidade Paris, Panthéon-Sorbonne, Autor de numerosas obras sobre direito e contencioso administrativo, ele também foi um pioneiro em estudos de direito art. Fernando João Moreira, professor catedrático Jubilado, do Instituto Superior Técnico (IST), e do Instituto de Hidrologia de Lisboa, onde leciona Petrologia e Geoquímica, Luiz Alonso Fernández, um botânico, licenciado em biologia.

Na abordagem à segunda parte do tema, autores como o Viollet-Le-Duc, que a este sentido defendera o "Restauro Estilístico", autores como John Ruskin um defensor da teoria do "Anti Restauro" e "Culto da Ruína", e como os italianos Camillo Boito que na sua perspetiva a reabilitação deve ser respeitadora dos elementos do edifício, como: a história, a estética, o material, sem qualquer renúncia do antigo e o novo. Outro autor italiano o Cesare Brandi, seguia a reabilitação e participando numa investigação da qual resulta para a criação artística, olhada como bem precioso, com a consciência do fator tempo, que poe inseparável do monumento.

#### Estrutura

Este trabalho a seguir divide-se em três capítulos: o primeiro abordamos de forma teórica sobre a noção de património, memória e identidade, referindo a importância dos diferentes costumes das sociedades e qual o impacto que poderá ter no património, também uma abordagem teórica de conservação do património e se intervém neles; no segundo capítulo vários estudos de intervenção no património através de casos de referência; no terceiro e último capítulo mostra a proposta de reabilitação do Mosteiro de São Miguel de Bustelo, com o estudo realizado nos capítulos anteriores, abordamos assim este capítulo numa análise ao conhecimento da memória e identidade deste espaço, acompanhado com um levantamento e concluindo com uma possibilidade de reabilitação e revitalização do Mosteiro, mostrando o antes e o depois.

## a metodologia

A intervenção para que seja competente e eficaz num edificio antigo, será fundamental conhece-lo na íntegra, pois, esse conhecimento autoriza identificar a relevância de como interpretar os pontos históricos, para que se possa atuar sobre ele. A metodologia necessita de um conhecimento das adversidades, como o modo de uso e introdução de nova função, na qual o interveniente integre o lugar e a preexistência.

Pois então, as metodologias passam por um alinhamento que segue por fases de investigação teórica, sustenta a aplicação da informação e análise. Fases desenvolvidas em simultâneo de uma evolução do método de desenhos. Consequentemente, é procurado um alinhamento histórico e cultural das memórias e identidades, pois estas fases deverão ser respeitadas no sentido que o edificio tem um passado, quais os seus antecedentes, o seu posicionamento no território, teorias, condicionalidades que estão inseridas, acompanhado com análise do apontamento fotográfico, desenho a mão levantada, levantamento das características arquitetónicas, para que se possa realizar uma investigação singular, construtiva do lugar, histórica, do edifício e programa.

Procurar também comparar outros casos de referência, não com o intuito de ir em contra aos projetos realizados, mas então, levantar a compatibilidade de particularidades e valores competentes de enaltecer esses lugares, como protagonistas de manifestação cultural, protegendo a identidade. Toda a investigação levará para um lugar mais firme para o caso de estudo, o Mosteiro de São Miguel de Bustelo.

CAPÍTULO I – PROJETAR A MEMÓRIA

Património | Identidade | Memória

Nesta primeira parte do capítulo, divide-se em três subcapítulos que abordam o conceito de património, identidade e memória. Serão centradas as questões como as origens do conceito de património, num contexto, para melhor perceber o atual conhecimento do mesmo que se foi desenvolvendo, finalizando com os conceitos de património material e imaterial.

A segunda parte, divide-se em três subcapítulos que abordam as metodologias de intervenção, num suporte histórico de como se entreviu no passado, também num suporte de um contexto Português, finalizando de demonstrar os conteúdos que serão utilizados para definir quais os objetivos de trabalho, assim sendo, estruturar qual o género de intervenção a desenvolver.

## 1.1 | Conceito de Património

## 1.1.1 | Origens do Conceito de Património

O conceito de Património, deriva de um termo latino "patrimoniu", ligado a uma ideia de herança, de propriedade e bens de família, relacionando-se a um legado deixado pelos antepassados que deverão ser adquiridos pelos seus descendentes. O Património é "um conjunto de bens culturais sobre o qual incide uma determinada carga valorativa." (Chagas, 1994: 40)

Quando apareceu o primeiro conceito de Património, já lá vão cerca de dois séculos, a ideia era muito limitada. O Património era compreendido como sinais de uma civilização e de humanização material, os "restos da antiguidade" como menciona Françoise Choay. Uma era que tinha uma ideia egoísta e muito materialista. (Choay, 1992: 12)

O Património não pode ser encarado como um simples vestígio, merece ser mais, esse conceito sofreu uma transformação evolutiva até aos nossos dias. O Património deverá ser um legado de uma determinada população que tem como objetivo de a deixar para gerações futuras num benefício seletivo, consciente ou não, o que lhe são herdados de forma coletiva. Deveriam estar sempre implícita uma sensação de direito de posse pelas gerações futuras, pois como refere Josep Ballart, o conceito de Património aparece "quando um individuo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos". (Ballart, 1997: 17)

Os objetos gerados pela humanidade aparecem num determinado contexto, e de sentido espacial e temporal muito próprio, em que uma vez a sua funcionalidade e significado exaurido, pode vir a ser transmitido para gerações futuras, e por consequência de um processo seletivo de uma forma bastante natural e também ocasional ou de uma forma

ponderada e num sentido intencional. Portanto, sobrevivendo para gerações futuras, e caso se lhes terão dado um sentimento de posse, pode-se confirmar que se está na presença de algo com uma importância sentimental, histórica, social, e assim sendo, cultural.

Desta forma, a interpretação do ser humano, quer na qualidade individual ou mesmo coletiva, concedem ao legado do passado e também aos bens patrimoniais num determinado valor e preço de forma individual ou social, numa estabelecida ocasião histórica e de acordo com os conhecimentos sociais da época. Nesta sequência, pela interpretação de Prats, o património pode ser compreendido como "uma construção social". (Prats,1997: 19)

Pois então, entende-se que tudo o que se pode relevar como património sujeitará que certa comunidade numa determinada época, será merecedor de um legado deixado às gerações futuras. Neste seguimento de pensamento, Alfredo Tinoco acha que no decorrer dos tempos por parte das civilizações, têm existido atitudes destintas e pontos de vista sobre o património e o que é o património.

O património revela a identidade histórica e o conhecimento de um grupo coletivo. Também colabora na manutenção e preservação da identidade de um país, pois aí surge a referência de identidade nacional, étnico e religioso. Viver no presente com algo herdado pelo passado, será sempre refletido em gerações futuras. Num aglomerado de símbolos de ordem religiosa e ideológica, que uma sociedade de alguma forma tende a preservar como património coletivo. Pois então haverá um parecer social e politico do que deve ou não ser património.

Na verdade, de uma maneira sucinta o património pode-se separar em dois grandes grupos: o património material e imaterial, sendo que no grupo material insere-se o arquitetónico, natural, arqueológico e no grupo imaterial aplica-se o saber e o saber fazer.

### 1.1.2 Conceção do Património na Atualidade

No decorrer dos anos, tem havido inúmeras definições de Património Cultural, umas mais credíveis e outras menos. Considera-se como modelo uma das definições defendida por Pierre-Laurant Frier que observa o património como sendo um, "... conjunto de marcas e vestígios da atividade humana que uma dada comunidade considera essenciais para a sua identidade e memória coletivas, a preservar e transmitir às gerações vindouras". (Frier. 1997: p. 23)

Esta é uma definição bem alargada, mas faltando-lhe, no entanto, aspetos pouco particulares para um significado mais assertivo e conciso para que se possa inserir num conceito que nos dias de hoje se aplica ao património. "... os bens que, por motivos religiosos ou profanos possuem importante valor arqueológico, pré-histórico, literário, artístico ou científico e que integram uma das categorias enumeradas em anexo à presente Convenção." (Convenção UNIDROIT, 1995, Art. ° 2°)

Pois então, a definição anterior é supostamente firme e com limitações no que diz respeito a um património cultural se poderá classificar, dispondo além do mais de uma lista que implicará os bens desta classificação. Também não incluiu certos conceitos, dos quais hoje já são afirmados e indiscutíveis no âmbito do conceito geral do Património mais especificamente ao Património intangível.

Não obstrutiva, o sentido da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, em 2003, proporciona após oito anos um olhar mais alargado para este conceito, considerando a apreciação do património cultural imaterial e admitindo-o como, "(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as

comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana." (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003, Art.º2º, n. º1)

Em contestação a esta noção, Luís Barros acrescenta que, "O património cultural inclui não só a herança cultural de cada povo que se manifesta pelas expressões «mortas» como os locais arqueológicos, os monumentos arquitetónicos relevantes pelos estilos que mostram ou pelos eventos passados que evocam, enfim objetos artísticos e também de valor histórico hoje em desuso, mas também pelos bens culturais atuais, tangíveis e intangíveis, novas formas de artesanato englobando a assimilação local de novas tecnologias, as línguas e a sua evolução viva, os conhecimentos e vivências atuais." (Barros, 2004: 12)

Neste sentido, pode-se considerar que após este conceito de Património Cultural todos os bens arquitetónicos, arqueológicos e históricos, sejam adquiridos ou gerados, serão o reflexo de uma civilização que transmite uma importância cultural. O património cultural transporta os valores da memória genuinamente e individualmente, inserindo neste âmbito os bens intangíveis que mostra a identidade e a memória de um grupo coletivo. Em resumo, o Património cultural insere-se em bens tangíveis e intangíveis com o seu próprio valor, e fundamental para transmitir a cultura, identidade e história de cada grupo social.

Ao refletir a formalização do conceito património cultural através destas partes documentais, em que na primeira parte dos documentos demonstra um conceito alargado, pois já na segunda parte é mais contido e na terceira (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO) um conceito mais elaborado em que por fim na quarta parte olha não apenas a bens adquiridos, mas também aos bens a que hoje são criados e considerados uma pertença da comunidade. Pois estas duas últimas partes mostram um conceito de intemporalidade do património cultural.

No ano de 1985, o foco nacional do património cultural, teria um avanço positivo em abrir capacidades para os bens que poderiam incluir para este conceito interpretando-os como, "(...) todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecimento valor próprio, deviam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura Portuguesa através do tempo." (Lei do Património Cultural, Lei nº 13/85 de 6 de julho, artigo 1°)

A lei do património cultural anteriormente referida, sendo como a primeira parte, proporciona uma visão mais alargada da Lei de Bases, "Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização." (Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei nº 10/2001, de 8 de setembro, nº1 do Art.º 2º).

Património imaterial (memórias e lembranças populares) inserido ainda neste documento e sendo fundamental a sua introdução, são partes relevantes para a afirmação da identidade e memória comum da comunidade Portuguesa, "Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas (...) constituem, ainda, património cultural português quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem e estados português, pelo menos para os efeitos nelas previstas." (Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, nº4 e 5 do Art.º 2º).

Ainda no Artigo 91º da mesma Lei, menciona que, "(...) integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas moveis ou imoveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas. Especial proteção deve merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção, de fabrico e os modos de preparar os alimentos." (Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, nº1 e 2 do Art. 91º).

Posto isto, a conclusão que se chega, é que o património cultural se demonstra por diferentes conceitos. O património é intemporal, daí não sendo dado como terminado, coloca determinados conhecimentos como parte do património cultural e não como sendo o património cultural. Ao analisar estes documentos, pode-se constatar que fazem parte do património cultural todo o conhecimento e vivência de valor cultural ou valor civilizacional no que o próprio património para a criação de memórias comuns e identidade de uma sociedade.

### 1.1.3 | O Património Material e Imaterial

No património, normalmente os seus conceitos são mais apontados para objetos ou bens, ou seja, património material. No entanto, um novo conceito surge após a Segunda Guerra Mundial, em que vai transformar este conceito em cultura popular.

Sendo assim, verifica-se a partir desse momento a sensação em que tudo envolve o ser humano é património, no entanto como se vinha a divulgar o que é património não é apenas artístico, raro ou com valor, ou mesmo na beleza. Pois então, o património haveria por envolver mais aspetos como memórias, o conhecimento, técnicas de fabrico ou objetos práticos na ajuda a este processo e de uma aprendizagem num grupo de pessoas ou mesmo numa pessoa. Dependeria do ponto de vista que se obteria sobre o objeto.

Após isto, refletindo neste assunto, percebe-se que numa primeira parte, pelo distanciamento temporal e físico em conexão aos objetos e as experiências vívidas neles estarão bem presentes, na segunda parte, pelo acontecimento destes mesmos objetos, no decorrer do tempo haveriam de perder a sua funcionalidade prática, na terceira parte, a própria importância do conhecimento do objeto, que pode vir a ser esquecido, pois seria concebido a esses objetos e saberes, um valor especial patrimonial que estes espalham uma vivência e uma posição própria no mundo de alguém, num espaço de tempo ou contexto. São bens patrimoniais que demonstram o empenho do indivíduo ou grupo de indivíduos com relação a uma atividade própria de que se vê como património cultural meritória de musealização. A este ponto, entende-se que não só os objetos materiais se consideram património, pois então, o saber imaterial é recebido indiscutivelmente como património.

Sendo que, nesta altura haverá um reconhecimento desta tendência humana inserindo o conceito de património, mesmo em que na época não existiria um reconhecimento institucional e governamental neste sentido.

Pois então, em 2003, pela UNESCO, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial entende que através do reconhecimento público de um objeto, seja ele material ou imaterial, que só com esse reconhecimento será cultural, importante para a identidade de um grupo de indivíduos colaborando para uma segura variedade cultural reconhecida. Quer dizer, entende-se que o património cultural imaterial surge pelas tradições e expressões orais, espetáculos e artes, usos sociais, técnicas tradicionais no que o Homem será o centro de tudo, que afirma a variedade cultural e a marca a divisão dos povos e uma identidade exclusiva.

A UNESCO, oferece em relativo ao conceito de património cultural imaterial, observa-o como, " (...) praticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana." (Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 1987, Art.º 2º, nº 1)

O património imaterial pertence ao património humano (o saber e o saber fazer) olha a cultura com vários e destintos aspetos, mostrando ainda mais o valor do ser humano numa nova perspetiva de património.

## 1.2 | Conceito de Identidade

Ao abordar sobre identidade prevê-se definir toda a temática enquadrada ao assunto de uma perspetiva geral da noção. Pois existem várias noções em relação a uma visão das áreas de conhecimento, como o ramo da sociologia, da antropologia, da medicina, da filosofia, do direito, entre outras. Existe noção de identidade individual, coletiva, regional, nacional, local e cultural, referindo apenas em algumas, pois seria uma lista grande sobre este estudo.

Dando alguns exemplos do que pode ser compreendido por identidade, na afirmação referida por J. Anouilh, indica que a identidade individual é "um conjunto de características pessoais que nos distinguem dos outros" (Fernández, 1999a: 100)

No entanto, já o Anthony D. Smith refere quatro grupos de identidade individual: o grupo religioso ou étnico, o grupo socioeconómico, o grupo sexual e o grupo do espaço e território. (Smith, 1991: 16-21)

Pois pelo facto de a nascença dos indivíduos já obterem uma certa identidade evidente, o grupo sexual, os restantes grupos são flexíveis e são mais estipulados pelas circunstâncias que o rodeia e vão persuadir forçosamente o cidadão.

No caso em que existe identidade individual, em termos sociológicos, a identidade pode perceber como compartilhar ideias e os ideais de um grupo específico, quer dizer, mencionando-se a uma identidade coletiva, e são aqui que se insere os próximos grupos mencionados por Smith. No seguimento deste pensamento, a identidade coletiva pode assim ser encarada, tal como, uma identidade local como, "sendo um sentimento de pertença, uma mistura de possessão e de identificação face a diversos elementos que constituem um determinado espaço", (Moreira, 1992: 73).

Sob outra perspetiva, a identidade cultural reflete também ela a ligação de noção de posse para uma categoria social e cultural, interfere-se a si mesma no seu grupo ou cultura. Consequentemente a identidade pessoa, reflete pela identidade cultural devido à vivência social.

A identidade leva para um sentido próprio do individuo: uma premência de pertencer a algo, obter uma referência para que se possa estabelecer ligações comuns com o meio de onde se encontra inserido, e também para que o individuo possa de alguma forma relacionar uma vida de estilo social natural em conformidade do seu ambiente de origem. Quando se encontra com as características do local onde se vive, como o património, a relação do individuo tende a estabelecer um vínculo sobre a sua própria história e a sua memória, protegendo a memória da sua categoria social e criar um método identidade social e cultural.

Pode-se concluir, que desta forma a identidade estabelece relações, entre a pessoa e o meio do qual está inserido, com uma relação pensada da vivência de cada pessoa, pois o cidadão com as suas experiências de socialização, tendem a manter uma identidade normal daquilo que são as suas raízes, com as referências de família, religião, etnia e região. Considerando, portanto, que a identidade num certo ponto, se trata de um método e não de um plano, quer ela seja individual ou coletiva.

No entanto, identidade não se estabelece só pelos princípios sociais. A paisagem também poderá ser seguida pela identidade social. Algo que se encontra alterado pelas sociedades que se relacionam com ela, sendo um elemento inteiramente da natureza, tem um lugar no território preponderante. "a paisagem é expressão do espaço que é vivido pelo Homem, é a imagem, a expressão física, a visualização do espaço que é vivido pelo Homem. (...) Representa a identidade cultural do País e a natureza equilibrada da instalação da população". (Telles, 2004: 5)

Pode-se então pensar que o conceito de identidade do individuo pode ser condicionado pelo meio ambiente, ou seja, vai depender do meio em que se encontra inserido. Uma pessoa nasce num determinado lugar e vai absorvendo os seus traços, porém, caso ela seja sujeita a uma cultura diferente por um alargado número de tempo ela adapta-se aos traços do local onde está enquadrada. A paisagem mostra o reflexo de uma sociedade na qual se encontra inserida, com intervenções e pensamentos próprios de uma sociedade específica.

O património cultural contribui para um fundamental aspeto, na criação de identidade social. Relembrando a importante da *Lei de Bases da Política e do regime de Proteção e Valorização do Património Cultural*, reconhece que o património representa uma elevada importância para a identidade nacional e democrata, olhando-o como "uma realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura" (Lei de Bases da Politica e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultura, Lei n°107/2001, Art.º 1°, n°1).

O património cultural neste contexto é visto como uma herança do povo, como sua identidade, memória de todos, uma simbologia e também uma ligação com gerações passadas, o que faz com que a cultura desse mesmo povo se mantenha viva.

A noção de identidade sociocultural, caracteriza-se como a ligação que dispõe de um envolvimento de que um grupo social representa toda a sua criação histórica da comunidade. Identidade social é união entre determinado meio social de uma comunidade considerado na aquisição de uma simbologia dessa mesma comunidade, desta forma, a identidade cultural é alcançada pela aprendizagem social de um individuo e une-se à identidade pessoal.

Assim um sujeito adquire uma identidade cultural ou coletiva, sendo preciso cuidar e estar atento no que diz respeito a cultura social, pois serão tomados em consideração todos os fatores, que controla e define a forma de vida social, quer isto dizer, que quando se menciona a cultura e identidade, terá uma consideração os princípios históricos, políticos, naturais, geográficos, que passam a proteger uma comunidade no tempo e espaço.

A identidade vai ser um modelo direcionado da sociedade que define a relação com a comunidade que a cria, refletindo e seguindo o património tangível/intangível, natural e cultural. Contudo, abordar sobre a identidade cultural e referir qualquer tipo de património, da qual a sociedade se conecta. A identidade comunica por um conhecimento de vida, por um legado social ou histórico, transmite todo o conhecimento às atuais e futuras gerações.

Importa refletir que um legado comum, memórias coletivas e património que demonstra carácter para a identidade cultural, comprova toda a nossa herança coletiva.

#### 1.3 | Conceito de Memória

A memória pode ser encarada de uma forma simples, com a aptidão de lembrar o passado. Este tema revela diversas perguntas das quais levará para uma temática de maior complexidade, propondo noções mais próprias e aprofundadas de Memória: como memória própria, memória de tradições, memória social, memória de atos coletivos, exemplos de memórias que levantam essa complexidade sobre o tema. "Enquanto alguns autores objetivam a memória e enfatizaram o seu processo de construção social, outros compreenderam a memória não como objeto, mas como sujeito do processo social." (Santos, 2002: 124).

No ponto de vista da autora Myriam Sepúlveda dos Santos para a compreensão da memória, houve três momentos desiguais. A primeira abordagem subentende-se que a memória é um acontecimento coletivo, dois diferentes grupos de autores se empenham sobre o assunto, em que o primeiro autor acreditava que as, "memórias individuais são determinadas por «construções coletivas». Eles enfatizam a importância da esfera social, objetivam as construções coletivas da memória e procuram determinar sua estrutura e funcionamento de forma autónoma à intenção de atores sociais". (Santos, 2002: 126)

A autora ainda acreditava que estudos seriam realizados nas duas últimas décadas, haveria levantado sobre este tema numa vontade de inserir tópicos como o tempo, pessoa e a sociedade numa, "(...) nova noção de temporalidade, pela qual a influência do passado sobre o presente passa a ser incorporada às análises da sociedade contemporânea, faz com que prévias definições da memória, seja enquanto capacidade individual de recordar, seja enquanto fenómeno seletivo, sejam quase unanimemente rejeitadas." (Santos, 2002: 127).

Após os estudos referidos, a autora menciona que, "Não existem memórias individuais ou sociais, mas atos de lembrar e esquecer, que devem ser considerados práticas ou ações humanas construídas socialmente. Além disso, eles vão rejeitar a ideia de que a memória seja capaz de recuperar um passado real (...) mas incorporando uma nova dimensão de temporalidade em suas análises e reabilitando a tradição historicista alemã ao admitirem que o ator social encontrasse inserido em momento único e particular." (M.S. Santos, 2002: 127).

Concluindo o ponto de vista de Myriam Sepúlveda dos Santos, "Alguns autores ligados a uma abordagem psicanalítica enfatizam a construção do passado no presente e a possibilidade de uma análise objetiva destas ações sociais (...) A memória vai representar não a ida ao passado, mas exclusivamente a presença deste no presente através de dilemas éticos e morais." (Santos, 2002: 127 - 128)

Depois de tudo que foi referido neste estudo até este instante, pode-se entender que a memória coletiva, que uma sociedade especifica escolhe levar para o presente o passado comum, aproveitando o património para esse prepósito que essa mesma sociedade o seleciona como o representante da sua identidade.

Por consequência deste procedimento, como acima referido, a autora alega que a memória se divide em dois elementos: de um lado a memória e outro lado o esquecimento, um é inseparável ao outro. "A preservação e a destruição, ou de outro modo, a conservação e a perda, caminham de mãos dadas pelas artérias da vida". (Chagas, 2002: 36)

O modo de esquecer e lembrar é sempre um modo seletivo, mas quando se depara de um esquecimento coletivo, estará na presença de um método estruturalmente social. A autora esclarece este ponto referindo que, "Apesar de diferentes perspetivas teóricas, pois para alguns autores a memória que temos do passado é aquela que existe em instituições e estruturas coletivas, enquanto praticas sociais, em ambos os casos, a "amnésia coletiva" nada mais é do que o esquecimento de determinados aspetos para que outros sobrevivam."

(Santos, 2002: 123)

Resultante deste estudo, a memória pode ser um elemento para "dominar" o cidadão, ou também para "libertar" o cidadão. No passado o predomínio sobre a memória pelas famílias nobres, o clero, entre outros membros da sociedade era aplicada num sentido de disciplinar, controlar a informação do que se devia saber, pensar, esquecer e lembrar. É este objetivo que a memória serve de instrumento de controlo, método muito utilizado pelas ditaduras.

No entanto, se o património for utilizado num sentido oposto ao que foi anteriormente citado, ou seja, dispor um elemento para que possa por o passado em beneficio da sociedade, para melhorar compreender e interpretar esse mesmo passado, ira ajudar a qualquer cidadão no dia-a-dia, seja qual for a sua posição social, também fazer crescer um futuro mais consciente e justo. Será neste seguimento que a memória pode abrir os caminhos de liberdade para o cidadão, como elemento de grande importância de uma consistência válida para a formação social como modo de obter mais conhecimento.

O estudo da estrutura da memória é fundamental, pois esta de uma forma peculiar encontra-se unida à construção da identidade. A memória tem aparecido como aspeto fundamental para a criação de identidades, pois são nelas que podemos ter o reflexo de outras gerações no passado e ainda preservar importantes conhecimentos de memória individual e coletiva.

# Metodologias de Intervenção

"a consciência patrimonial que subjaz à expressão "centro histórico" revela que os núcleos urbanos antigos são um reflexo do nosso presente e do nosso futuro mais do que do nosso passado. Ela é uma reação contra o risco de desaparecimento, mas que arrasta consigo o objetivo de promover a regeneração." (Peixoto, 2003:214)

#### 1.4 | Conceitos e referências

Na procura do apoio ao restauro e conservação é necessário definir princípios, regras e objetivos de intervenção para autenticar como património e objeto arquitetónico. Proporcionando a muitos estudiosos do espaço da arte e da arquitetura uma reflexão e crítica, do que foi analisado ao longo dos anos para uma retificação e preservação cultural, urbana e histórica do património.

Destaca-se vários elementos à abordagem da conservação do património, no princípio da intervenção surge o arquiteto francês Viollet-Le-Duc em paralelo com o inglês John Ruskin, o poeta e crítico de arte. Em seguida, com a particularidade da sua nacionalidade, por serem todos italianos: o arquiteto e engenheiro Camilo Boito, o arquiteto e urbanista Gustavo Giovannoni e Cesar Brandi, um crítico e historiador. Todos procuram registar e apurar, não desapontar o debate.

Como em todos os argumentos, poderão existir divergências e para que uma maior prosperidade aconteça, serão necessários dois pensamentos, duas razões opostas, sendo que Viollet-Le-Duc apresenta uma convicção proveniente de uma teoria intervencionista no restauro, John Ruskin tinha uma convicção oposta, convicção anti intervencionista na conservação. Já para os Italianos Camilo Boito, Gustavo Giovannoni e Cesar Brandi com um olhar aprofundado e questionando as duas posições iniciais, pode absorver-se o que mais têm de positivo, para que possam desenvolver ideias novas e mais contundentes.

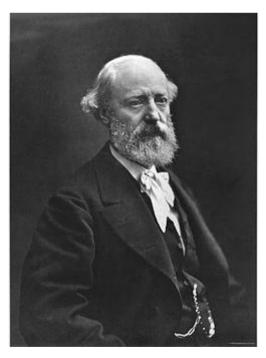


Fig. 1 - Eugène Emanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto

O conceito da preservação do património, fica mais evidente no fim do seculo XVIII, com a Revolução Francesa, importante na história da salvaguarda do património. Estudiosos alegam que poderá ser a origem para um conceito de restauro moderno, acompanhado como base ideias sustentadas por uma matriz. No período em que salvaguardar o património era mencionado com a necessidade de intervir, era entendido de uma forma da qual hoje não se aplica, sendo que na época a atribuição conduzia a realização da salvaguarda apenas se o edifício representasse certo valor histórico, ou interesse nacional.

O património a intervir, passa por uma escolha bem pensada de monumentos para a sua intervenção, pensamento muito próprio de França, mais fortemente por Viollet-le-duc, pois este teria um interesse pelo tema de restauro, proveniente, como já mencionado anteriormente, da Revolução Francesa.

Num período mais tranquilo, com maior calmaria após revolução, a destruição e degradação dos seus edifícios, estava bem presente numa sociedade de alma enfraquecida, com a necessidade de reconstruir. Pois essa necessidade leva ao restauro de monumentos como maior prioridade, para obter assim uma estabilização social mais elevada. Logo foram introduzidas as questões como: qual seriam os monumentos com maior interesse ao restauro? A forma a utilizar para esse mesmo restauro? Confrontando a estas questões, surge Viollet-Le-Duc dando uma resposta que levara a um passo importante na história do restauro. Um arquiteto emblemático, bastante patriota, apela para a intervenção e restauro, pois levará a um valor nacional e crescerá a imagem do país, o arquiteto sentia a necessidade de dar um novo rumo, com as suas intervenções, tornar o que é uma ruina num verdadeiro exemplo de arquitetura. A construção do futuro era o seu foco, não olhava a restaurar ou revitalizar ao passado com memórias de uma sociedade destroçada pelo caos. O seu estilo nasce sobre este contexto, dando-se nome de restauro estilístico.

Viollet-le-duc defendia que, "restaurar um edificio não é mantê-lo, repara-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo a um estado completo que pode não ter existido nunca em nenhum momento".

Neste sentido, sustenta a ideia em que a teoria de restauro como sendo independente à conceção arquitetónica. Os seus restauros eram baseados em estudo arqueológico, apoiado na estrutura original do edificio, na sua própria elação arquitetónica, em que a teoria não dava espaço à criatividade ou críticas pessoais. Acreditava que o espírito desenvolvido com aliança à técnica, era possível refazer uma obra de arte incompleta ou mistificada, baseandose na noção de coerência do conjunto<sup>1</sup>.

Pois tal pensamento, antes referido, parece um pouco divergente. O arquiteto olhava a sua intervenção do monumento para salvaguardar a identidade do edifício, o seu valor e estilo, contrapondo, com introdução de elementos novos, que poderiam ser semelhantes à sua imagem, pois não passariam de cópias atuais. Viollet-le-duc incorpora a sua perspetiva, a autenticidade do monumento seria entendia pelas suas características formais e pela sua materialidade, entendia que a introdução de uma cópia obtendo mesmo valor do original, elemento antigo e novo, deverão unir-se de forma semelhante.

Apesar, que na sua concessão das ideias de um parâmetro de novidade, existiam falhas e contradições, que são perfeitamente legítimas, na procura de realçar o aspeto positivo, pois o arquiteto eleva a sua teoria para caminhos futuros, deixa a sua herança alcançar marcos bastante plausíveis, em que no momento recente as suas teorias de restauro se fazem como método de estudo. Pelo seu método funcional e recuperação de monumentos esquecidos e destruídos, passar a ideia de que os edifícios para se manterem vivos e prevenir a sua degradação, assume que o seu aproveitamento é fundamental podendo garantir ao objeto arquitetónico um sentido de futuro, criando um carinho especial dos restauradores pela arquitetura.

<sup>1 -</sup>VIOLLET-LEDUC, Eugène Emannuel, 1866 - Dictionnaire de l'architecture française du XI su XVI siécle, vol.10:p.10

Pois para existir divergências, terá de existir um pensamento oposto, no seguimento, a simpatia dos defensores pela arquitetura não se revela o suficiente, é fundamental olhar o objeto arquitetónico com respeito, não deixar de parte a sua arte.

"A revolução industrial enquanto rutura com os modelos tradicionais de produção abria uma fratura irredutível entre dois períodos da criação humana. Quaisquer que tenham sido as suas datas, variáveis de acordo com os países, o corte resultante da industrialização permaneceu, durante toda a fase, a intransponível linha de divisão entre um antes, em que se encontra acantonado o monumento histórico e um depois, com o qual começa a modernidade. (...) Assinala a fronteira que separa, no limite inferior, o campo temporal do conceito de monumento histórico." (Choay, 2000: 112)

Cresce assim em Inglaterra a ideia de conservar, de salvaguarda do património arquitetónico, no conceito de olhar uma ruina e servir de ideia que defende um testemunho arquitetónico.

O inverso procedera em Inglaterra, encontra-se num período marcante, com enormes progressos na era tecnológica. Época com inúmeros receios para a arquitetura, para o valor arquitetónico, pois esse valor parecia incerto, deparava-se com um sentimento de não se olhar para esses valores antepassados, realidade que vinha a assustar os conservadores românticos pelo que nos é deixado pelo passado e leva-nos a uma atípica reflexão de consciência.

Neste seguimento, importa realçar que a sociedade estava a aceitar a modernidade, pois então, competia-lhes cuidar e conservar a sua história como um bem precioso e raro. A revolução industrial foi importante neste ponto, fez-se perceber que a salvaguarda do monumento, aliado a uma introdução de vários estilos crescente com naturalidade, numa visão que faz lembrar a importância do edifício e o fazer não esquecer sua natureza.

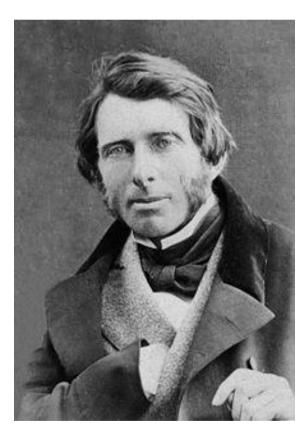


Fig. 2 – John Ruskin (1819-1900), escritor, crítico de arte, desenhista, aquarelista, pensador social e filantropo

Segundo John Ruskin a arquitetura constitui um pilar determinante na história da civilização e o seu pensamento documental, não deveria ser mexido para não correr o risco de ser corrompida. Françoise Choay apoia a perspetiva do anterior "O trabalho das gerações passadas confere aos edificios que elas nos legaram um caracter sagrado. As marcas que o tempo imprimiu sobre elas fazem parte da sua essência. (...) o caracter único e insubstituível de qualquer acontecimento, bem como toda a obra pertencente ao passado" (Choay, 2000:130)

Françoise Choay olhava o pensamento de John Ruskin, salientando que "querer restaurar um objeto ou um edifício é ferir a autenticidade que constitui o seu próprio sentido. Parece que para eles o destino de qualquer monumento histórico é a ruina e a desagregação progressiva." (Choay, 2000:131)

Ao contrário de Viollet-le-Duc, John Ruskin defendia a preservação da história, contra as incoerências do presente, respeitando até as últimas consequências, e aceitar só as intervenções que respeitassem esta intenção, a conservação, fator importante que considerava como o ponto fundamental para evitar o restauro, pois caso não se torne possível, ela deverá ser retirada dos elementos antigos.

Contudo, a posição anti intervencionista, poderia não ser intendida com bons olhos, pois será uma postura que poderá ser fatal ao edifício, deixa-los "esquecidos", onde apenas haveria de ter a finalidade de ser admirado como uma obra de arte confinado a um determinado espaço, não sendo assim levado a uso como obra de arquitetura.

Na segunda metade do seculo XIX, em Itália, o arquiteto Camillo Boito<sup>9</sup> ganha um maior destaque, mostrando o seu desagrado de uma situação num período em que se assiste a comportamentos e pensamentos extremos e divergentes.



Fig. 3 – Camillo Boito (1836-1914) foi um arquiteto, escritor e historiador italiano, voltado à crítica de arte e teoria do restauro.

Camillo Boito foi um arquiteto perspicaz, observando e aproveitando os aspetos positivos das anteriores teorias, fazendo assim construir a sua própria teoria, "a Ruskin e Morris a sua conceção de conservação dos monumentos, fundada sobre a noção de autenticidade. Não se deve apenas preservar a pátina dos edificios antigos, mas também os acrescentos sucessivos de que o tempo os carregou (...) a par de Viollet-le-duc, contra Ruskin e Morris, Boito sustenta a prioridade do presente sobre o passado e afirma a legitimidade do restauro." (Choay, 2000: 137)

Será de salientar que "No que refere à arquitetura, Boito se coloca de forma crítica em relação às propostas de Viollet-le-Duc e às de Ruskin. Quanto às posturas derivadas de Ruskin, Boito as considera de uma lógica impiedosa por interpretar que o edificio deveria apenas ser deixado à própria sorte e cair em ruínas. (...) a Viollet-le-Duc, aponta os perigos de se querer alcançar um estado completo que pode não ter existido nunca, devendo o arquiteto restaurador, para tal, colocar-se na posição de arquiteto inicial."<sup>2</sup>

A admiração por ambos os autores se tornou mais visível por Boito, com algumas divergências em relação a casos práticos de certas teorias, adicionou ainda tendo como base a reutilização do edifício, um novo e expressiva perspetiva. O arquiteto preocupava-se em respeitar todas as componentes do edifício, tais como, a história, a estética e o material, a relação entre o antigo e moderno haveria de se ligar, manter um diálogo sólido. Ponto de vista que o arquiteto ligado a oito princípios, tinha acabado de apresentar no III congresso de Arquitetos e Engenheiros em 1883, orientações que em alguns casos hoje em dia estão bem presentes "que deveriam ser seguidos para se evidenciar que as intervenções não são antigas: diferença de estilo entre o novo e o velho; diferença de materiais de construção: supressão

<sup>2 –</sup> Transcrito do livro "Os Restauradores" de Camillo Boito



Fig. 4 - Gustavo Giovannoni (1873 - 1947) foi um arquiteto e engenheiro italiano.

de linhas ou de ornatos; exposição das velhas partes removidas, nas vizinhanças do monumento; epigrafe descritiva gravada sobre o monumento; descrição e fotografia dos diversos períodos das obras, expostas no edifício ou em local próximo a ele, ou ainda descrições em publicações: notoriedade."<sup>3</sup>

No entanto, Gustavo Giovannoni, um contemporâneo, defendia, como tal Camillo Boito, que uma intervenção de restauro é o ultimo recurso da salvaguarda do monumento, sendo mais plausível uma manutenção e um endurecimento equilibrado. Pois, tais princípios com uma reduzida intervenção e levaram a uma parecença aos princípios conservadores de Ruskin, procurando estabelecer a obrigatoriedade da distinção do moderno do antigo, considerando o choque destes. Apoiado em cinco modelos de intervenção por uma orientação hierática – consolidação, recomposição, remoção de acrescentos ou desmontagem de partes não originais e o complemento. Admite assim a possibilidade de inovação. Conceito ampliado de monumento a envolvente, inserir este como espaço não de sentido isolado, mas para ser entendido no âmbito urbano. Realçando assim a sua envolvente da relação de edifícios do sítio da sua implantação, e arquitetura do espaço urbano.

Giovannoni, é importante quanto à sua colaboração na teoria de conservação e restauro, sendo que a sua participação não foi no âmbito interventivo do método, mas sim com uma definição e inovação de conceitos base mais relevantes. Obteve formação em engenharia, tem uma especial atenção pelas estruturas, com os materiais de construção e com as suas técnicas construtivas. Apadrinha técnicas modernas de construção, a introdução do betão armado poderá ser utilizada em intervenções de consolidação, para um melhoramento na estrutura de modo a aumentar a sua resistência da construção.

3 – Transcrito do livro "Os Restauradores" de Camillo Boito

A arquitetura para Giovannoni, não passava só e apenas por uma construção individual, o mais importante para ele havia sido a sua história, cultura, estabelecer uma discrição dos valores do monumento, o espaço e o ambiente, algo fundamental para a sua formação a envolvência entre edifícios. Fazer arquitetura para ele era algo mais, era fazer urbanismo, logo na intervenção no património, o restauro haveria de ser levado em apreço nas circunstâncias e afetos que os monumentos constituem com a sua envolvente.

Novas perspetivas de salvaguarda do património importante surgem para provar que, sem uma paisagem de referência um edificio monumental de grande valor histórico e cultural, não haveria de ter sentido, até que se algo acontecesse, não obteria o mesmo valor. Perspetiva que impulsionaram para novas teorias de conservação, inspiradoras na origem da intervenção urbana, mais especificamente nos centros históricos. Choay na análise a Giovannoni, fá-lo sem rodeios.

Por fim, as teorias da salvaguarda do património conseguirão conquistar as suas atenções, movida pelas perspetivas anteriormente citadas. Na Europa dá-se a segunda grande guerra, faz assim destruir, descaracterizar e desaparecer muito do património histórico e cultural. De tal forma, que a urgência e a necessidade de reaver, de (re) construir o que haveria de ter sido danificado pela guerra, conseguiram motivar e unir a organização social. Após a ligeireza, alguns países fazem crítica a minuciosidade, a demora e à impossibilidade de avaliação dos processos históricos e documentais nas teorias de Boito e Giovannoni. Pois tal sucedido, levantou várias críticas às teorias das quais tinha ganho grande destaque, censurada por Cesare Brandi, em que no seu estudo o destaque é promover a teoria do restauro crítico.

Cesare Brandi defende, a importância da capacidade de reconhecer o objeto, que mesmo na sua obra síntese, "*Teoria del Restauro*" olhar como a sua função histórica e o seu estatuto como obra de arte. Brandi afirma assim que no restauro, a ação humana que exerce sobre o monumento é mais uma intervenção complexa. A proteção do original representa o autêntico estado do objeto antes da intervenção em que as partes acrescentadas serão reconhecidas, deste modo, o restauro científico de Giovannoni anteriormente referido, tal como o restauro crítico de brandi, ambos defendem o objeto arquitetónico para uma reutilização. Pois Giovannoni, defende que o edificio deve manter o mais original, ou seja, manter o plano original do edificio, propondo apenas alguns pequenos e simbólicos apontamentos de intervenção, Brandi defende que com a presença iconográfica e volumétrica dos edificios, irão garantir o ambiente e identidade.

De salientar que Cesare Brandi era um teórico, com pensamentos na intervenção de restauro sobre as obras de arte, pois então, ele mencionava a pintura e a escultura como um objeto num plano secundário respetivamente a sua identidade, importante seria reconhecer o restauro do valor artístico. Para ele, se o objeto arquitetónico é uma obra de arte, pois então deverá ser recuperado a veracidade do objeto, notório no valor estético como assunto e no valor histórico como prova, e não pela função do seu programa.

O restauro crítico obteve a particularidade de defender a intervenção de salvaguarda que seja realizada sobre a matéria da obra de arte, formada particularmente pela imagem, e também pela sua história. Pois caso seja necessário, em que numa intervenção haverá de obter uma escolha da mais importante sobre estas, no prejuízo da outra, o lado histórico será mais prejudicado sendo que a imagem tem mais valor. Para Brandi a imagem salienta a relação da estrutura e o aspeto, também nestas características haverá necessidade de sair em prejuízo, e será na estrutura, pois ela encontra-se escondida, e o aspeto levará a promover o sentido estético e ambiental através de variadas formas, pelos materiais, texturas, cores, brilhos ou transparências.



Fig. 5 - Cesare Brandi (1906 - 1988) é um dos principais nomes da restauração de objetos de arte. Fundamentou o "restauro crítico" nos anos 40.

No seguimento deste raciocínio, em que o aspeto é importante, pois para um certo material desenhar certo aspeto, que por consequência promove um certo ambiente, deverá ser respeitado e apreciado o lugar e as suas características, fundamentalmente como o clima e a luz, aspeto mencionado por Cesare Brandi com ponderação.

Cesare Brandi defendia também algo semelhante ao pensamento de Viollet-le-Duc relativo ao conceito arqueológico, que tem a ver com o acabamento das irregularidades. No entanto para Ruskin sustentava que, não se deveria de todo acrescentar algo a pré-existência, como citado anteriormente, já Viollet-le-Duc defendia que ao acrescentar deveria ser de um modo simples com materiais idênticos ao original, para uma salvaguarda positiva da dignidade do monumento, também com materiais diferenciados e simplificados. Brandi subescreve teoria de Viollet-le-Duc, em específico de que é necessário reaver o edificio num todo, pois, via o monumento de arquitetura como uma obra de arte, este é resultante de uma relação entre as partes como num todo e não por partes individuais.

Em resumo, Cesare Brandi com a sua participação da salvaguarda do património, as suas teorias contribuíram para uma consciencialização de consequências do fator do tempo numa obra de arte. O tempo divide-se em várias fases, em primeiro, existe o tempo, denominador da criação, com base em particularidades estéticas e estruturais, construtivas, que originam de um todo uma obra de arte única. Em segundo, o tempo, aquele que compreende e acompanha a sua criação, de um passado mais adjacente ao momento contemporâneo, que prejudicou a originalidade do monumento, sendo alvo de várias demolições, alterações, acrescentos, passa por um processo de ponderação e salvaguarda, pertence assim a uma vasta componente do valor histórico e também cultural e de património. Em terceiro e por último, deverá ser tomado em consideração o tempo presente na intervenção do restauro e conservação, pois ele servirá como uma mais-valia das gerações futuras, obtendo uma documentação da sua história e cultural.

Neste último aspeto, importante será fazer um pequeno apontamento, pois Cesare Brandi na sua abordagem à intervenção resguarda a obra de arte, assegura-se para que possa manter o mais autêntico na originalidade do monumento apoiado na reconstrução e não no acrescentar de novos elementos.

Perante tudo isto, importa dizer com elevada expressão, que o interesse em conhecer e entender toda esta evolução que foi obtido ao longo de séculos de história, revela uma prosperidade nas teorias de salvaguarda do património arquitetónico. Por sua vez se entende que o êxito do futuro, incorpora na relação do conhecimento do passado, nas aprendizagens e deduções tiradas dele. Neste contexto, revela a real importância das teorias de conservação e restauro.

Apesar de toda esta evolução de boas referências, vale a pena referir que os cuidados de Boito e Giovannoni, em que nas construções apontadas como menor valor patrimonial, hoje em dia ainda, o desconhecimento e o conforto são abordadas como grandes justificações com alguma complexidade, levando a cabo para uma simples abordagem ao desaparecimento das pré-existências e terminar portanto num plano de um sentido livre, sem quaisquer referência e condicionalismos, que perante este cenário, aparentemente simplifica o trabalho arquiteto e também lhe proporciona uma criatividade mais livre.

Questões ao longo dos tempos foram postas por todos os que defendem a arquitetura e arte. Tais como: Qual a penalidade que a arquitetura hoje terá de sofrer, para reagir as imposições comuns do dia-a-dia? Para obter um futuro é indispensável o passado? Todo o empenho vai na direção do ajustamento e atualização e não na exclusão e alteração?

Foi neste espírito que todos aqueles que adoram a arte e a arquitetura seguiram com este objetivo, autores desde Viollet-le-Duc e Ruskin, Camilo Boito, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi, pois os seus debates tiveram com um objetivo comum, sobre as teorias de salvaguarda do património arquitetónico, e com participação da contribuição para a criação das cartas, Recomendações e Convenções Internacionais da abordagem ao restauro e conservação do património arquitetónico.

as cartas e recomendações e convenções internacionais

Visto que as cartas publicadas e de acesso fácil no livro, "Património arqueológico – Cartas, recomendações e convenções internacionais" de Flávio Lopes e Miguel Correia, antepõe-se umas as outras, focando apenas em compreender o simples fato: qual a razão da sua existência; qual a dimensão para a disciplina; relação para um desenvolvimento de uma metodologia para a preservação e conservação do património arquitetónico.

Sendo que as cartas, recomendações e convenções internacionais elaboram uma série de documentação capaz de introduzir uma preocupação e urgência em adotar uma metodologia, que seja capaz de assegurar o património arquitetónico. Depois de se ter debatido e concluído várias teorias sobre o restauro e conservação, nos inícios do século XX, pois já sendo obrigatória e exigida em casos particulares a frequente intervenção de salvaguarda, nasceu a necessidade de uma recolha de informações teóricas conclusivas da documentação já existente, obtida de variados casos de património aplicados na prática, para que se possam reunir condições para uma base metodológica da criação de uma nova disciplina da arte e da arquitetura: o restauro e conservação.

Importa assim referir, que este documento mencionado, estabelece-se apenas como as bases da metodologia de salvaguarda do património, sendo que numa fase posterior cabe inteiramente a uma responsabilidade urbanística e do arquiteto adotar e adaptar a um contexto próprio e às circunstâncias para cada país. Assente nesta base que surge, em Itália, sugeriu no mesmo ano a Carta de Atenas, Carta del Restauro de 1931, após uns anos mais tarde, surge a Carta de Veneza, as Cartas del Restauro de 1972 e de 1987.

## 1.5 | Contexto Português

No contexto Português, é durante o seculo XVIII, que se constata a revalorização do estilo Gótico proveniente de figuras do romantismo Inglês, sendo assim, vem-se a verificar as primeiras referências de algumas iniciativas para a importância da valorização do Património Histórico Nacional, essencial à sua herança de Portugal. (*Raquel, 2009: 8*)

Dois momentos se destacam ao contexto do estudo em causa, momentos esses com o pensamento da divisão do poder político com o religioso, vividos em Portugal (um em 1834 e outro em 1910) participaram na potencialização, na transformação e reutilização dos bens do Património Nacional. Na época, a desamortização dos bens que Portugal estava a passar, o Estado passa a usufruir de uma situação privilegiada sobre estes monumentos expropriados, rapidamente ocupados o espaço cultural deixada vaga pelo clero. Os imoveis que não seriam vendidos a particulares para saldar dívidas estatais seriam nacionalizados, sofriam pelo liberalismo anticlerical, com a total liberdade dos seus técnicos a intervir em edificios sacros, com espírito laico e historicista, com o desinteresse as componentes litúrgicas dos objetos religiosos. (Raquel, 2009:44)

As ordens na sua extensão, se por um lado tiveram um papel fundamental à consolidação do novo regime em território Nacional, por outro, com Francisco Soares Franco (1810 – 1885), "Há mosteiros famosos pela sua antiguidade, santidade e grandeza, que seria uma barbaridade destruírem-se ou entregarem-se a particulares, que não farão deles uso algum". (Batista, 2009:20)

Isto porque como os cenários de negligência e destruição propositada dos monumentos, sendo pelo processo de proteção dos edifícios com valor histórico desamortizados à igreja apresentaram-se demasiado lentos.

Fig. - 6 Reabilitação do Centro Histórico de Braga Praça da República



Com a Implantação da Republica, em 1910, sucedeu-se um novo e mais profundo ataque à igreja, renovando-se a delapidação dos seus bens. Estabelecidas então reutilizações, muitas vezes, prejudiciais para a integridade cultural, histórica e artística destes imóveis. Deste modo, as repartições públicas seriam variadas com novos programas, unidades de saúde ou assistência social, escolas ou quarteis da Guarda Nacional Republicana, surgindo em funções desgastantes para edifícios desta natureza. A 20 de abril de 1911 seria criada a Lei da separação do Estado a da Igreja, mas só a 1 de outubro a igreja vê recuperados os seus bens de que era proprietária, resgatando os bens conventuais extintos em 1834 e aqueles que haviam sido ocupados pelos serviços das instituições públicas.

Até ao início do século XX, metodologias adotadas à reabilitação seriam baseadas em critérios de recriação arquitetónica, um pessimismo à sua reação em relação ao progresso de crescimento do território potenciada pela industrialização. Sobrevaloriza-se a importância e o peso histórico dos monumentos como condutores da memória e testemunhos dos tempos passados, atribuídos em especial com a capacidade de representar, de ilustrar fisicamente a história. (*Raquel, 2009:54*)

Pois assim, o período Salazarista, e as teorias de Viollet-le-duc, foi favorável ao funcionamento à atividade então criada Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), no qual o seu objetivo focalizado em construir e reparar os edifícios do Estado. (Raquel, 2009:70)

Fig. - 7 Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães Praça da Oliveira



Após a década de 50, alguns arquitetos influenciados por movimentos como os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM) <sup>4</sup>, em que faziam por demonstrar a possibilidade de integração de diversas soluções. Na revolução política de 1974, com o acesso aos fundos comunitários, fronteiras abertas, o crescimento da industrialização e a despretensão à agricultura, todo o País definitivamente iria modificar-se e com ele o contexto patrimonial.

Surge na ligação entre o património arquitetónico e a indústria cultural de turismo durante o pós-modernismo, fortalecendo uma relação defendida por vários autores, como John Urry<sup>5</sup> que apresenta o processo como "culturalização das práticas turísticas". O ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) <sup>6</sup> destacaria a importância desta associação, com a chamada de atenção para uma nova introdução de mecanismos corretos de reinvestimento das receitas do turismo, em que essas mesmas poderiam reverter a favor na aplicação à preservação e conservação dos monumentos.

Visto então um acréscimo do desenvolvimento da indústria do turismo formou-se em 1977, uma equipa de trabalho em plano de auxílio turístico-cultural, no qual o foco seria a avaliação de imóveis monumentais com características de adaptação. Contudo, apadrinhar uma aparência da atuação quase "anti moderna", leva a mais políticas de intervenção patrimoniais com tendências museológicas, pelo qual o tipo de intervenção revela-se na maioria dos casos, a que um arquiteto de interiores revivalista procura de uma criação um "ambiente rememorativo". (Raquel, 2009:67)

<sup>4 –</sup> Os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna constituíram uma organização e uma série de eventos organizados pelos principais nomes da arquitetura moderna internacional a fim de discutir os rumos a seguir nos vários domínios da arquitetura in httparchtectureclub.blogspot.pt201010ignorar-editar-palavra-fonte-google.html - 05/10/2014

<sup>5 –</sup> URRY, John – Professor, sociólogo de turismo e mobilidade.

<sup>6</sup> – "ICOMOS é uma organização internacional, organização não-governamental que trabalha para a conservação dos monumentos e sítios do mundo" *in* http://www.icomos.org/en/ - 08/10/2014

Apesar de tudo, na adaptação a Hospedaria ou Pousada, o programa demostrava uma solidez forte à sua integração e a relação entre o património e o turista, com uma flexibilidade e capacidade de transformação destes monumentos. Isto levou a cabo um longo período de tempo, mais de meio século de experiências num investimento chamado "turismo lúdico e cultural", permitindo desenvolver um método de intervenção no contexto de evolução arquitetónica do edifício, à interpretação local, à relação espacial e ao seu significado. Deste modo, estes passos essenciais na procura de equilíbrio entre o conservadorismo e a arquitetura moderna, concebida uma obra desenvolvida sobre história é infecionada por uma nova sensibilidade.

### 1.6 | Reabilitar e Revitalizar

Após o estudo no primeiro subcapítulo, conseguimos entender que o Mosteiro de Bustelo se trata de um Património Cultural, um Património material, inserido numa identidade coletiva e cultural, sendo visto como uma herança do povo, como identidade da comunidade, uma simbologia e memória coletiva, com uma ligação às suas gerações passadas e trazidas para o presente. Importante para que a intervenção seja cuidada.

Pois em análise ao ponto referido anteriormente, verifica-se que "a maior dificuldade consiste em saber antes de mais avaliar com justiça a necessidade ou a oportunidade da intervenção, localiza-la, determinar a sua natureza e a sua importância." (Choay, 2000:137)

O importante no momento, seria demonstrar os conteúdos que serão utilizados para definir quais os objetivos de trabalho, assim sendo, estruturar qual o género de intervenção a desenvolver.

"Apenas os trabalhos de conservação de um edificio ficam rigorosamente circunscritos aos limites do próprio objeto. Porém, onde acaba realmente a conservação e começa a modificação? Os limites imprecisos, haveria que encontra-los entre noções de restauro e reabilitação. (Garcia, 1992: 137)

Neste caso, a forma mais próxima do tipo de trabalho que se pretende desenvolver seria a reabilitação. Pois este termo é usado como uma intervenção que define um procedimento de projetar, que adiciona outros métodos de trabalho normalmente efetuados, como o restauro ou reutilização e conservação.

O procedimento "reabilitação tem de ser entendido de forma clara, como significando uma intervenção que vai além da conservação, embora desta possa conter partes importantes. Deve, pois, considerar-se, quando se aplica esta noção, que numa intervenção mais ou menos profunda num edifício está subjacente um conceito e até uma necessidade de modernização que inviabilizam o restauro ou a conservação entendida na forma mais pura". (Appleton, 1995: 44)

Pois então, pode-se analisar referindo que esta afinidade aliada a um conceito de reabilitação e conservação e assenta a uma imobilidade moldável que se transforma fundamentalmente de uma natureza e qualidade do já existente. Portanto, o plano de uma intervenção de reabilitação, demolir algo que já existe pode assim obter uma importância de igualdade a novos elementos adicionados, pois o seu sentido, leva a aproximação entre o retirado e a sua existência.

Independentemente qual o ponto da sua intervenção, ela poderá assegurar um enorme fator na conservação e restauro, de um sentido tal na sua transformação, que pode ser por vezes muito ou não acentuada, dependendo do que se justifique. Pois então, com a definição no grau de transformação estabelecido, formaliza-se assim a determinação de conservação de uma aparência considerada fundamental, em simultâneo, obter um desenvolvimento a nível funcional e de comodidade, aliando sempre a este compromisso ligado a ambos componentes.

Neste sentido, será de salientar que não se pode sustentar com precisão que a reabilitação dificulte a conservação da qual e entendida no aspeto puro, "Reabilitar um edifício antigo é adota-lo a novos usos, o que quer dizer apenas dar-lhe uma limpeza ou partir-lhe duas paredes por dentro. Mas reabilitar um edifício pode ser encontrar-lhe a alma, a vocação que andava perdida: o que nunca tinha chegado a ser."

(Graça Dias, 1994: 42)

Assim como, não se pode uma vez mais ver com clareza em que os edifícios antigos terão de se adaptar a funcionalidades novas, pois que no respeito a um edifício histórico a intervenção vai distinguir-se com as construções novas que estão inseridas sobre préexistências, sendo que, por vezes torna dificuldades nas suas transformações.

Poderá se comprovar então, que a implementação de novos usos ou programas nos edifícios antigos e não procedimento contrário, isto é, adaptar os edifícios antigos a nos usos ou programas, pois então, tem como significado de uma garantia da introdução do novo programa, comprometendo, por casualidade, para uma rejeição particular do mesmo.

Pois então, importante será de referir que os intervenientes da intervenção tenham bem patente, que neste tipo de método, por vezes torna-se impossível na obtenção de seguimentos equivalentes a uma construção de edifícios de raiz, pois devera tornar e investigar é a conformidade.

"A questão é como adaptar os novos programas aos edificios históricos, e isto é um desafio para o arquiteto porque o uso não justifica tampouco a transformação dos edificios a qualquer preço." (Siza Vieira 2008: 18)

Realça assim a insistência desta como essencial a transformação de reabilitar e recuperar, quer dizer, respeitar o edifício, sendo proposto o que quer ser e não a termos simplesmente técnicos uma redução na intervenção.

Na arquitetura o conceito recuperar, entendido como por fazer renascer o edificio de fatores que com o tempo foram perdidos, obter um novo horizonte ao edificio, não apenas na parte construtiva, mas igualmente no aspeto ambiental, recuperar assim a sua envolvente.

"O mais importante é manter a integridade, o caracter, atmosfera do lugar e a autenticidade das coisas, há que trabalhar com mais integridade ao enfrentarmos com o património, o que não impossibilita a modernização do uso do edifício." (Siza Vieira 2008: 18)

Na base anteriormente referida, refletindo que o conceito de recuperar na arquitetura proporciona algo mais abrangente, é algo que vai mais além do físico e do material, ainda mais para uma melhor estabilização da materialidade. Não sendo impeditivo, percebe-se que o fundamento de reabilitar e recuperar não dissociam, portanto, o conceito da intervenção pode assim seguir numa recuperação da qual envolve buscar a identidade que noutra hora foi se perdendo, sendo também, que noutro sentido os elementos adjacentes realizados para um diagnóstico do edifício, será um grande formolizador de vestígios importantes para que no projeto a realizar obtenha uma boa decisão.

Ao objeto de estudo, a reabilitação quanto ao seu processo pode-se providenciar aos trabalhos realizados definindo-se a dois níveis de intervenção. Embora estes poderão ser percebido de forma a ser uma variação restringida. Ao primeiro nível nasce de um pensamento ligada ao edificio, sendo algo real e individual, presente como objeto de singularidade, com mais relevância que a sua própria volumetria e materialidade, com o sentido focado em manejar o objeto que se encontra em renovação, em que a sua estrutura interna vê-se a ir modificando. Respetivo ao segundo nível faz-se representar pela relação do lugar inserido que nele vai ter como resultante da intervenção.

Ambas as posições ocorrem adicionais, sendo que a intervenção poderá se ajustar relativamente ao sentido metodológico e projetual da investigação, percebe-se desde logo que este faz transparecer um enorme estado de degradação, principalmente na parte do mosteiro, com um abandono de elevada dificuldade de diagnóstico, principalmente no seu interior, sendo que a igreja já ter sido intervencionada, mas pouco.

Pois pode-se concluir que, posteriormente os próximos passos para a proposta em causa, foca-se em um edificio isolado, um lugar denso com a relação com a natureza, delimitada com uma histórica cerca, pois torna assim uma intervenção mais ampla, edifício com uma elevada importância não só para a cidade, mas sim para as pessoas da aldeia. Visto para a melhor viabilidade de todos os envolvidos, a reabilitação e recuperação com um uso novo de forma a obtenção de uma sustentabilidade a nível do edifício e a nível económico.

Projetar a	а М	lemória
------------	-----	---------

CAPÍTULO II - CASOS PRÁTICOS DE REFERÊNCIA

Fig. 9 Convento de Santa Maria do Bouro Pousada de Amares, Santa Maria do Bouro



## 2.1| Convento de Santa Maria do Bouro

Pousada de Amares, Santa Maria do Bouro Arquiteto Souto Moura

Intervenção no convento de Santa Maria do Bouro, em 1994, o projeto de reconversão da sua função da autoria do Arquiteto Souto Moura<sup>7</sup>, traduz-se numa rutura com a história do edifício, pois segundo Alves da Costa.

"A nova intervenção não prolonga a história do antigo edificio, põe um termo na narrativa e inicia uma outra" (Costa. 2002:137-138)

Uma das pousadas de Portugal referenciada em Imóvel de Valor Patrimonial.

A exemplo de outros, a história do grandioso e bastante antigo Convento, tornando uma possível exatidão em relação a sua origem, recuando apena aos primórdios da nossa nacionalidade em que este foi habitado por eremitas, cujo seu protetor seria São Miguel, então mais tarde com a ordem Cisterciense no seculo XII, instalado, desde logo foi alterado o seu nome para Santa Maria. Pois vários pesquisadores diferenciados como Artur Gusmão e Mauro Cocheril entre outros, relativo à sua fundação inicial ou à instalação dos Cistercienses surge muitas dúvidas.

Frequentou o curso de Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. No decorrer da sua carreira académica colaborou no ateliê de Álvaro Siza Vieira entre 1974 e 1979. Em 1980 concluiu a licenciatura, recebe o primeiro premio atribuído pela Fundação Engenheiro António de Almeida e começa a atividade profissional como um arquiteto liberal.

<sup>7 –</sup> Eduardo Souto Moura nasceu no Porto, em 25 de Julho de 1952.

Nas obras realizadas encontram-se influências para além das de Siza Vieira, o arquiteto Mies Van der Rohe e Aldo Rossi, também com influença de Bernardo Soares e Roland Barthes.

Foram realizadas escavações arqueológicas recentes que vieram ainda assim apontar para o século XII a confirmar com achados de uma série de elementos e um espólio cerâmico.

Convento de Santa Maria do Bouro ao longo dos seus tempos terá sofrido várias intervenções de diversa ordem, desde a conservação até as adaptações, sem o seu planeamento inicial ser alterado que se segue desde uma planta composta por uma igreja de três naves de cabeceira tripartida de planta retangular, claustro com edificios estruturais em sua função, que no passar dos tempos conhece uma ruína constante.

Invertida essa tendência só em 1967 para travar a degradação com a criação da Congregação Autónoma Portuguesa, no intuito de obras de remodelação do edifício resultante de uma igreja maneirista e restauro da ruína.

Já em seguimento do século XVIII, terminam assim as obras de restauro em todo edifício, inúmeras foram as intervenções decorativas realizadas, na fachada do templo, com galilé aberta por três arcos de volta perfeita exibem-se as imagens de São Bernardo e São Bento com a Virgem ao centro. Tema que vem a repetir-se no retábulo-mor, mas invertido no cadeiral.

Tem pouca referência política, mas ainda assim fazem parte do tema decorativo, figura na fachada do convento onde se poderão encontrar as personagens mais significativas da sua história, como, o D. Afonso Henriques; Dão Sebastião; o cardeal D. Henrique; entre outros.

Como referência cultural a escolha da atualidade, transporta para a generalidade do edifício, um tempo de ruína, intervenção do qual direciona para a memória do presente, em prejuízo de uma memória do passado. Logo o projeto direciona para a ruína, reforçando-a, não no sentido convencional de um exercício de restauro, mas de como se de uma nova construção se tratasse com isto claro Souto Moura afirma: "Não estou a restaurar um Mosteiro. Estou a construir uma pousada com pedras de um Mosteiro"8

Nesta "ruina armadilhada", à semelhança da tese conservadora de Ruskin, de uma pose completamente oposta, em que se aproxima mais do positivismo de intervenção de Viollet-le-duc, quer comprovar-se que a dicotomia entre o passado e presente não tem necessariamente de existir, pois a história pode ser feita da atualidade. (Raquel, 2009:121)

Para Souto Moura, no projeto de Santa Maria do Bouro, considerando a história não como algo adquirido a ser completado, mas como a ferramenta de trabalho para ser explicado e moldado criticamente, de modo a responder a atualidade imposta.

Concordando com Fernando Távora, "A história vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna auxiliar e não uma obsessão" (Raquel, 2009: 99)

Torna assim as ruínas mais importantes do que a memória do edifício, que em manifesto contraditório Miguel Correia refere, "A escolha deste antigo Mosteiro para um novo uso não derivou da alma individual de cada pedra, mas sim do seu conjunto, testemunho de uma história e de um valor artístico, enquanto forma e espaço" <sup>9</sup>

<sup>8 -</sup> AA.VV. (1952) - Eduardo Souto Moura, Santa Maria do Bouro: construir uma pousada com as pedras de um Mosteiro

<sup>9 -</sup> CORREIA, Luís Miguel - Sobre a Intervenção no Património em Portugal: uma questão de identidade, Coimbra, p.5

Fig. 10

Convento de Santa Maria do Bouro

Pousada de Amares, Santa Maria do Bouro



O edifício recupera a imagem que lhe evidenciava, sem se notar a presença do telhado, com as janelas da fachada em vidro e caixilharia aparente. Foi mantida a chaminé de granito e também poderá ouvir-se a água a correr em vários locais com o sistema hidráulico a funcionar. O uso novo do edifício oferece uma pousada de 32 quartos, restaurante, bar e esplanada mais piscinas. O uso público foi substituído por uso privado direcionada para o turismo de uma classe média e média alta.

Retira-se a conclusão de que o arquiteto na sua intervenção interpreta para o edifício o momento de introduzir algo mais para a sua história construtiva, pois já terá acontecido com outras, e nesse ponto, é relevante em que o arquiteto assume o projeto num estado de ruína em que ele vai identificar a atual identidade. O arquiteto Souto Moura, sem qualquer pré-julgamento ou formalismo, aborda o mosteiro de uma forma que não seja o século XX e surge assim um edifício novo e contemporâneo.

Nesta intervenção, podemos encontrar um certo paralelismo relativo às ideias de Viollet-Le-Duc, pois para este, o restauro da qual na sua intervenção da Catedral de Notre-Dame de Paris, a sua imagem do edifício foi defendida, não constrói sobre as torres telhados em flecha, mesmo que já tenham existido, Souto Moura mantém a volumetria do edifício e em simultâneo tenta manter a imagem que existia do telhado, apresentando uma cobertura plana, como é claro diferente do original, fecha as janelas, não fazendo aparecer a caixilharia de modo tradicional para obter uma perceção de vazio.

Fig. 11 Convento de São Gonçalo Amarante



# 2.2 | Convento de São Gonçalo

Amarante Arquiteto Alcino Soutinho

A igreja de São Gonçalo em 1910 foi considerada Monumento Nacional, situada a Norte do País, pertencendo a um convento fundado por Dom João III em 1540. A sua fase de construção estendeu-se por três reinados posteriores.

São Gonçalo de Amarante foi construída em local em que se encontrava uma pequena ermida medieval, integra a igreja de São Gonçalo, sobre o projeto e estilo dominicano, apendar maneirista, de cruz latina e fachada grande de três andares, um deles barroco e os outros renascentistas.

A planta é composta por igreja longitudinal, de nave única dividida em três tramos, capelas laterais profundas, transepto inscrito, cabeceira tripartida e capela-mor profunda. A fachada da igreja onde se poderá ver o pórtico famoso que lhe é chamado por "varanda dos Reis", de orientação a Sul. Edifício com dois janelões e uma rosácea. Torre rematada por dois balaustrados e pirâmides, do qual as suas semelhanças na Sé de Braga foram identificadas.

No interior encontra-se um claustro, sendo esse o primeiro denominado com o nome de claustro velho, apresentando dois pisos, tendo como início a sua construção em 1540. Ao centro destaca-se o chafariz que realça o pavimento lajeado em granito em que está inserido.

A DGEMN<sup>10</sup>, ao longo de várias décadas, desenvolveu variadas campanhas de obras no âmbito da consolidação, beneficiação e valorização do imóvel. A DGEMN tem como objetivo a intervenção e a continuidade, tendo como intenção de interligação nas diversas utilizações do imóvel, manter o seu uso inicial, destinado ao culto religioso, com parceria da Câmara Municipal de Amarante e o Museu Amadeo de Souza-Cardoso, criar atividades na área cultural, revitalizando assim o imóvel.

O grandioso edifício, permanecendo sempre austero e distante aos olhos da cidade, parto da ponte, mas privado por uma enorme cerca, impondo os limites de uma possível apropriação do espaço público. O terreiro de São Gonçalo enquadra-se entre o convento, a cidade e a igreja, passou assim a estabelecer a relação do rústico da ponte medieval da grande nobreza. O papel de Monumento Nacional terá evoluído em contexto urbano adicionando o contexto jurídico já desde início do século XX em que nos anos 80 adquiriu outro papel de relevância no contexto patrimonial, no âmbito da importância religiosa. Fundamento conseguido por duas alterações importantes, quer na introdução de novas funções, quer pela inserção no tecido de espaços que foram de exclusivos da comunidade monacal. O espaço sacro da igreja e claustro reservado ao culto religioso, o convento adquire várias funções com representação política e social, tornando-se assim hoje um forte motor para uma nova vila que revitaliza devido a essa alteração de função.

O arquiteto Alcino Soutinho esteve na recuperação de adaptação do convento de São Gonçalo de Amarante. O arquiteto depara-se com variadas situações, um edificio com um traçado alterado fruto dos quatro seculos passados, pesando muito ao edificio.

Um edificio localizado no coração da cidade, na sequência de transformações continua a ter uma presença forte ao edificado envolvente, junto a uma velha ponte constituindo a imagem da cidade.

<sup>10 -</sup> DGEMN - Direção Geral dos Edifício e Monumentos Nacionais

As longas e variadas intervenções levaram o Convento a recuperar a sua autenticidade, mesmo, a saber das contradições de vivências quer na adaptação a novas funções a nível privado e público, quer no desenvolvimento de programas diversificados, a reformulação mexe em duas realidades no mesmo espaço, resultante de uma transformação urbana própria.

"A intervenção visou antes de mais restituir ao Convento a sua autenticidade, aceitando as contradições resultantes das suas múltiplas vivências: ora introduzindo estruturas modernas capazes de responder às novas realidades funcionais, ora exaltando seletivamente percursos, espaços e elementos arquitetónicos mais expressivos. (...) O tema sempre polémico do restauro arquitetónico encontrou aqui, sobretudo motivações para a revitalização de um monumento que agora, ao adquirir um novo significado cívico-cultural, tornará a ser um fator de desenvolvimento para a cidade e para o território envolvente." (Soutinho, 1995: 43)

Devido ao estado de degradação das estruturas do edifício, a recuperação do conjunto não foi entendida no sentido de reposição arqueológica, resulta a interpretação subjetiva, da organização dos espaços, tendo como adaptação de relação das funcionalidades novas do edifício.

Concluindo que este edifício passou fases na história e elevada degradação, com uma transformação encontrada numa nova função, passou a ser de orientação política e social, Convento passou a ser um Monumento fundamental urbano e organizador de um novo foco da cidade, fruto dessa mudança de função. Caraterística que vai fortalecer na salvaguarda e manutenção do edifício, sendo que está assegurada ao nível do uso.

Fig. 12

Mosteiro de Santa Clara

Centro Interpretativo de Coimbra



# 2.3 | Mosteiro de Santa Clara

Centro Interpretativo, Coimbra Arquiteto Alexandre Alves Costa

O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, por vontade de Dona Mor Dios, uma nobre e abastada senhora, esta fundação iniciada em 1283 veio assim a encerrar em 1311 devido a diversas controversas.

Um edifício de aparência Românica de grossos paramentos e contrafortes, segue a disposição dos templos de clarissas quanto em termos de planta e alçados – três naves de sete tramos, sem transepto e cabeceira com três capelas, as dos extremos quadrangulares a capela-mor poligonal. A abside e os absidíolos no interior de forma poligonal, típico de característica do gótico.

Face à sua construção coube ao arquiteto Estevão Domingues, o responsável pela obra, cobriu a nave central com uma abóboda de berço quebrado, sustentada por arcos torais de grande envergadura. As naves apresentam algumas imperfeiçoes técnicas, que não admira a sua dificuldade quanto à sua implantação, pois logo acabara de se afundar nas águas do rio Mondego. Com muitas diversidades, mas a sua verticalidade foi conseguida, mesmo com o afundamento e um piso intermedio construído a dificultar a na leitura das proporções. A iluminação está bem presente, por frestas laterais de grande altura e nas naves três rosáceas rasgam nas paredes laterais iluminando o seu rico interior.

O Mosteiro construído na margem esquerda do Mondego, sofreu desde de sempre com as excessivas movimentações das águas, nos seus avanços e recuos. As águas mexeram impondo o ritmo na obra de edificação, a cota do edificio foi sucessivamente alterada elevando-a, ao determinar a construção de um piso superior. A degradação manteve-se, o

problema por solucionar, a habitabilidade estava posta em causa, bastante condicionada, levando a uma construção nova, um novo templo, na margem oposta do rio, em que finalmente a comunidade abandonou o primeiro para ocupar o novo templo Mosteiro de Santa Clara-a-Nova. Após o seu abandono, o convento deu uso a parte superior a habitação, palheiro e currais, pois a sua envolvente dera a um lugar de produções agrícolas.

Houve uma campanha em 1930 de restauro, mas as teimosas águas do Mondego mantiveram o Mosteiro em ruina, degradando-se ainda mais. Pois já no seculo XX o edifício obteve uma classificação de Monumento Nacional, levando a cabo um projeto ambicioso de recuperação e revalorização do espaço monacal gótico, com uma campanha arqueológica sobe coordenação do arqueólogo Artur Côrte-Real, sendo importante a recuperação de um espólio e um passado histórico, em que graças à construção de uma cortina de contenção periférica das águas, a intervenção permitiu pôr à descoberta a parte inferior da igreja e o claustro. Importante início para uma recuperação.

Num trabalho árduo, intenso de estudo para a recuperação do Mosteiro, em 2001, o arquiteto Alexandre Alves da costa<sup>11</sup>, ganha o concurso internacional para a recuperação do património, onde o projeto de revalorização insere um centro interpretativo que reabre as portas ao público em 2009.

Alexandre Vieira Pinto Alves Costa, nasceu no porto, a 2 de Fevereiro de 1939. Frequentou o curso de Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto, estagiou no Laboratório Nacional de Engenharia Civil com Nuno Portas. Diploma obtido em 1966. Entre variadas obras de relevo, salienta-se o facto de ter feito parte da Comissão Coordenadora do SAAL/Norte sendo responsável pelo setor de Planeamento e Apoio ao Projeto. Entre os vários prémios que obteve ao longo dos anos, destaca-se o Premio da Associação Internacional dos Críticos de Arte/Ministério da Cultura de 2008 (Premio AICA/MC 2008), pelo trabalho moderno, pelo rigor das suas intervenções patrimoniais a exemplo o Convento de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra e ainda como docente de Arquitetura, como na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

As memórias descritas podem fazer surgir variadas questões, relacionadas com a musealização da igreja e das ruínas, como conservar e restaurar os elementos descobertos, critérios para o usufruto do público.

A sul da área da cerca em remate situa-se o edifício do museu. Implantado em paralelo à igreja de Santa Clara, com extensão quase no total do terreno. Com uma abertura de uma maravilhosa panorâmica da Santa Clara-a-Nova até ao alto da colina de Coimbra, no cruzamento da área monumental. Em oposto o alçado sul é quase encerrado, com uma volumetria um pouco complexa. Encerra o campo visual, no impedimento de que qualquer visitante possa traçar um caminho de acesso. Ao entrar no espaço de receção percorrido por uma rampa depara-se num espelho de água, a uma cota abaixo avista-se o claustro em ruinas em plano de fundo e a igreja, com todo um espaço tratado.

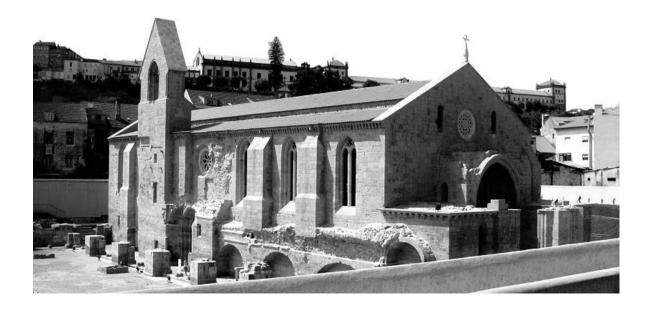
Concluindo que a recuperação, reabilitação e valorização do Mosteiro, trouxe uma nova função, um centro interpretativo. Com as funções iniciais de culto perdido, revelam-se novas funções, ao caso interpretativo em incentivo ao estudo do passado do lugar numa rica função que relaciona os antigos dos novos públicos, em interesse de trazer cultura, lazer e culto.

Este projeto de recuperação de carater histórico e artístico num edificio com uma história muito peculiar e única, o arquiteto na sua execução soube devolver de novo o edificio a população, com sensibilidade de conjugar os antigos e novos programas, que ambos participam ativamente para uma salvaguarda deste Património.

Fig. 13

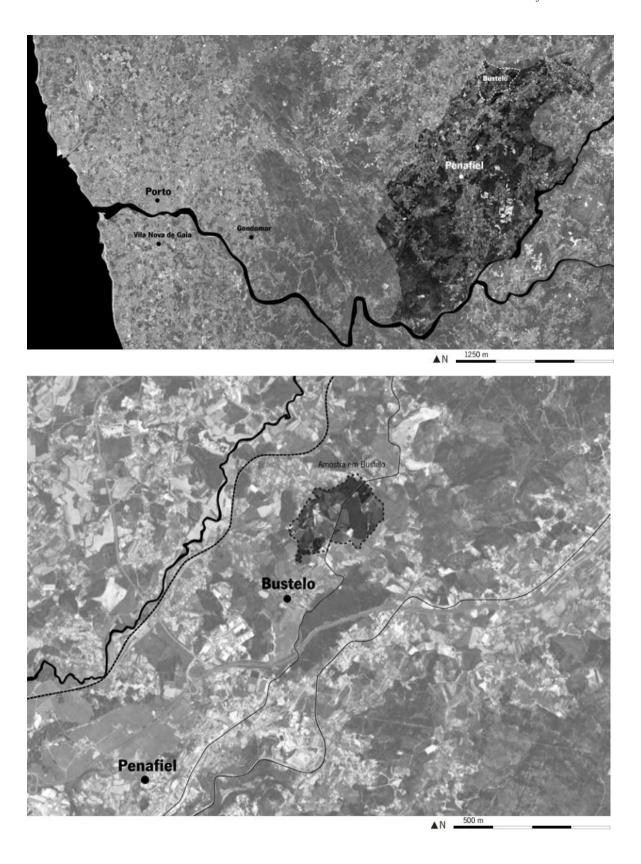
Mosteiro de Santa Clara

Centro Interpretativo de Coimbra



D .			3 6	,	
Pro	etar	а	Me	mó	ria

CAPÍTULO III – MOSTEIRO DE SÃO MIGUEL DE BUSTELO Proposta de Reabilitação



FIG\_14 - Foto de localização aérea de Penafiel e de Bustelo. O limite do conselho de Penafiel revela-se em uma mancha de cor mais escura e com um marco de limitação a branco sobre a freguesia de Bustelo, com uma linha a preto a marcação do Rio Douro.

FIG\_15 - Foto aérea do conselho de Penafiel, a marcação mais escura sobre a Freguesia de Bustelo. Também revela a marcação da EN15 com a interseção da EN320 e a linha ferroviária, a marcação da linha de água principal do Rio Sousa.

# 3.1 | A Memória do Lugar

O Mosteiro

O elemento de estudo do presente trabalho situa-se nas terras do Vale de Sousa, no concelho de Penafiel, num enquadramento rural, situado na freguesia de Bustelo a cerca de 5km da cidade.

Uma localização a 527 metros de altitude, natural da aldeia de Bustelo, proveniente do Mosteiro de Tibães. Numa aldeia pequena com cerca de 6 500km² e 1 579 habitantes, as construções são aqui feitas de pedra granítica, onde uma forma orgânica será visível adaptada a uma zona de condições morfológicas peculiares, dando assim uma sensação de que o tempo não avança, uma vivência com a natureza numa harmonia e relação com os seus cultivos, pois é dessa produção que obtém parte do seu sustento, por vezes na totalidade.

Localizado a norte de Portugal, com um clima mediterrâneo, o seu severo clima no inverno e uma migração ajuda a aldeia para que o seu desenvolvimento não aconteça, mantendo assim um carisma medieval, embora já algumas construções apareceram descaraterizando aquela forma natural de uma beleza das construções de pedra num enquadramento paisagístico.

O objeto de estudo encontra-se às portas da aldeia, num lugar privilegiado, numa cota elevada em relação à aldeia, obtendo assim uma lindíssima vista sobre toda a aldeia e todo o Vale do Sousa, com pequenas e grandes áreas na sua proximidade de produtividade agrícola e pastorícia, pois são motivos que acrescem, vai ao encontro da habitação religiosa a norte de Portugal, que numa forma geral, tem uma terra reservada para pasto, algo que seria bastante denunciador da servidão do isolamento e sobre os princípios naturais desta comunidade de monges de Bustelo.







Fig.\_16 - Algumas fotografías retiradas do local. Vista de o mosteiro para a paisagem assim ver o aqueduto; mosteiro enquadrado com a paisagem; uma das portas da antiga cerca.

Com influência do estilo barroco, o Mosteiro de S. Miguel de Bustelo, foi um edificio religioso consagrado de elevada importância para fins religiosos. Como outros Mosteiros da região, Bustelo participou e ainda faz parte de um núcleo importante da diocese do distrito do Porto, sendo um dos mosteiros que auferiu da Ordem Beneditina no Norte de Portugal. Pois as casas Beneditinas eram administradas em Portugal pela casa mãe da Ordem, o Mosteiro de Tibães<sup>12</sup>.

## Observação Histórica

A escassez de documentação relativa à sua origem é uma dificuldade, pois, o primeiro apontamento revela que o Mosteiro sofreu uma reforma em 1065<sup>13</sup>, deixando em suposição uma fundação já existente anteriormente à data referida. Algo muito usual na época, o Mosteiro consolida lentamente o seu património, beneficiando de elevadas doações de bens para a sua afirmação, que faz levar o Mosteiro à riqueza. No entanto, o mosteiro nos inícios do seculo XV fica sob posse do Regime comenda<sup>14</sup>. A imposição do poder dos Abades Comendatários e a forma da qual o exerceram, num sentido desordenado, a deixar sinal de deterioração a nível material e um desgaste espiritual. Uma situação relevantemente negativa, deixando o mosteiro na ruína e levou a cabo uma urgente restruturação financeira e patrimonial. Um plano haveria sido realizado, pela Ordem Religiosa Beneditina, em 1585, para uma recuperação e reorganização do Mosteiro, uma reforma total, com a inclusão sentida igualmente para a renovação e reconstrução arquitetónica.

<sup>12 -</sup> Mosteiro de São Martinho de Tibães – Casa mãe da consagração beneditina do norte de Portugal. Fundado no seculo X, o mais poderoso e maior mosteiro do Norte.

<sup>13 -</sup> Vários documentos estudados autenticam esta possibilidade. Documento oficial sobre o Mosteiro – MEIRELLES, António d'Assunção Meireles, Frei – Memorias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo, pág. 37.

<sup>14 -</sup> Regime da Comenda – Sistema que resulta por parte do rei a atribuição das comendas. Estas obrigariam a uma obrigação de pagamento de rendas ou de terras na troca de proteção. Um programa que existiu pelos Abades Comendatários do qual exercia o poder de riqueza, em prol de salvaguarda do património religioso nacional.

# 3.2 | Caracterização do Elemento

#### Desenvolvimento Construtivo

Dos aspetos que mais importa realçar para caracterizar o elemento de estudo, um edificio Beneditino, com uma fundação dos inícios de seculo X, pondo em hipótese que o seu primeiro registo, aponta para uma construção mais medieval, com dimensões simples – igreja contruída de pedra, de uma nave principal apenas, em conjunto de uma construção quadrada (possivelmente de 2 pisos), na existência de um pátio interior, servindo como base para o claustro atual, como seria as construções da época. Como referência local, o mosteiro de Paço de Sousa<sup>1</sup> em Penafiel alvo de uma comparação de base volumétrica medieval, sendo que esta ainda mantém grande parte da sua arquitetura românica original.

O Mosteiro possa pertencer a uma das casas da Congregação Beneditina Portuguesa por meados do seculo XV. Instituição que apresenta um plano para uma reforma geral ao mosteiro, revelando uma vasta modificação construtiva. Pois aquela simples e humilde construção medieval dá origem para uma construção Barroca. Uma construção formada por uma igreja de raiz de uma dimensão elevada, o mosteiro constitui um claustro na zona central, dois volumes principais adjacentes, uma a poente e outro a nascente, sendo que a igreja está a sul. Os volumes construídos estendidos por todo o mosteiro dividido por dois pisos. O plano deu início para uma reconstrução do edificio medieval em 1633, iniciando na portaria, de seguida com o claustro, depois os dormitórios e zona de serviço publico (casa da renda, livraria, hospedaria e galeria) concluindo com a igreja em 1783/86.

Para lá dos limites do construído, este edifício monástico, segundo a história leva para uma vasta área exterior de grande extensão, que engloba os campos agrícolas, pomares, caminhos, jardins, fontes, um aqueduto e um cruzeiro como componentes de exceção. Uma reforma nova avançada na época levou a um crescimento do poder económico de Bustelo sendo o contributo fundamental as doações de propriedades para um maior crescimento avultado para o património. A extinção da ordem religiosa em 1834, deu como terminada toda a vida monástica.

Após a queda das ordens, a documentação oficial do mosteiro, é insuficiente havendo apenas pequenos registos em relação a obras de manutenção e reconstrução, uma informação registada por ter havido incidentes constantes pelas tempestades. A finalização da vida monástica trouxe um impacto negativo para o mosteiro, deixando-o ao abandono e ruína que contínua nos nossos dias.

Desenvolvimento Territorial

As doações e propriedades, deixaram assim o Mosteiro com uma extensa área territorial.

"O processo de estruturação patrimonial de Bustelo é, em tudo, semelhante ao dos restantes domínios senhoriais eclesiásticos seus contemporâneos. Trata-se, normalmente, de um conjunto de bens imoveis que constitui a dotação inicial feita pelos fundadores do Mosteiro, situado em torno do núcleo que, através de sucessivas doações se vai alargando de uma forma descontinuia".

Devido a toda esta desorganização e uma descontinuação, seria imprescindível criar fronteiras para que se possam marcar os seus limites de propriedade do mosteiro. Sendo difícil hoje perceber qual o percurso da cerca com informação escassa, pois então, no trabalho as limitações serão puramente realizadas por suposição, interpretação em estabelecer pressupostos ou deduções do desenho sobre a cerca.

O perímetro alargado pertencente ao Mosteiro, tem extensão para fora da freguesia de Bustelo, passa pelas freguesias vizinhas, como: Meinedo, Croca, Novelas e Santa Marta, considerando o Rio Sousa como o limite natural.

Existe a suspeita que dentro do território do Mosteiro encontram-se duas cercas, uma cerca de menor dimensão (no que diz respeito a limitação de área), de que envolveria campos agrícolas, adro, o aqueduto, um terreiro com um cruzeiro, e uma cerca de maior dimensão (no que diz respeito a limitação de área), dada como nome de "cerca de fora"¹, o perímetro iria mais além, para terrenos distantes, com o limite natural do Rio Sousa e as zonas arborizadas. Devido a estas possibilidades de características da apreciação, levanta outra forma de olhar o lugar, valorizando-o como uma parte de território valiosa de elementos distintos e que no seu conjunto representa a alma do lugar. A existência de uma cerca, ou mesmo um limite, será fundamental para o crescimento deste estudo.

#### Na Atualidade

Na visita ao local, depara-se com uma visível degradação do Mosteiro por falta de manutenção e uso, transmitindo um sentimento de abandono e decadência. Pois então, numa análise aprofundada e experiência na vivência ao lugar, conclui que a relação do lugar vai modificando-se. Em resumo, o lugar é formado por elementos distintos: de estilo Barroco, um edifício que albergará uma igreja e um outro de função monástica, em frente à igreja um terreiro organizado por um adro, em seguimento de uma escadaria que levará a um cruzeiro, vários campos agrícolas, pomares, também atividades temáticas de carater publico (uma quinta de variados programas didáticos, uma escola primaria e um cemitério), um aqueduto e ainda propriedades privadas. São estes elementos, a par de outros, que formalizam a estrutura geral do lugar em análise.

Neste edificado, hoje podemos ver grande parte degradada e já em ruína, a ala norte e nascente do mosteiro encontra-se sem cobertura, paredes destruídas, pavimentos alterados, janelas partidas, ocupação vegetal e uma grande abundancia de lixo. No entanto, a igreja foi recentemente reabilitada e ativa assim como a ala poente adjacente ao claustro e à igreja. As atividades realizadas pela paróquia vinham então incentivar a manutenção do mosteiro. Nos espaços que envolvem o mosteiro, do qual a propriedade não é privada, verifica-se um abandono. Sem intervenção humana vai crescendo a vegetação, fazendo-se assim apoderar das fachadas dos edifícios e muros, escondendo o edificado progressivamente.

Ao olhar o lugar, o construído e não construído leva para o que é natural e artificial, processo que forma um sentido específico para o lugar. A transformação permanente que a natureza provoca no lugar, faz parecer uma imagem de um organismo vivo no lugar e independentemente da ruína e decadência aparente, transmite àqueles que o visitam, uma imagem atraente de um edificio inserido na natureza.

## 3.3 | Desenvolvimento Morfológico

Neste ponto serão apresentados uma sequência de desenhos realizados para uma análise do lugar. Através de uma apresentação sequencial de diferentes planos morfológicos, com desenhos representativos para cada um desses planos. Este esquema fragmentado da morfologia do território possibilita concentrar a análise numa construção em específico, conseguindo fazer uma escolha das particularidades do lugar. Esta escolha concedeu a materialização de um desenho síntese que vai em busca de realçar estas qualidades do território em estudo. Este estudo torna assim mais visível o vínculo entre a implantação do edificio monástico e a sua envolvente, possibilitando uma maior clareza das consequências da sua existência no lugar. Assim sendo, essa série de desenhos representa-se nesta sequência: topografía e linhas de água, parcelamento agrícola, edificado e conclui assim, com uma planta síntese de todos os desenhos.



Fig. 17 — Desenho da topografia atual do território. Este desenho mostra a estrutura topografia e hidráulica. Esta representação permite perceber o quanto o mosteiro se encontra num ponto elevado e privilegiado. A associação do sistema hidráulico e o mosteiro destaca quais as linhas de água importantes e estruturantes para o desempenho do mosteiro.

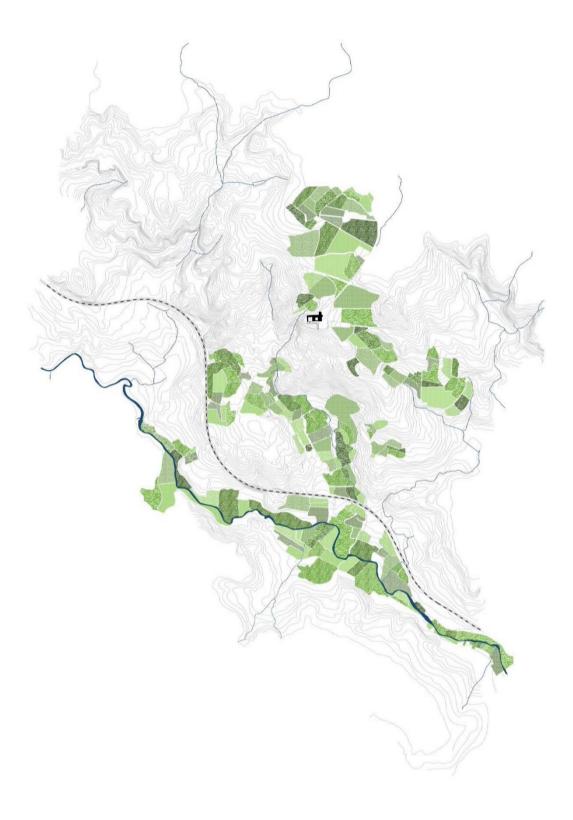


Fig. 18 — Parcelamento agrícola — Este desenho permite evidenciar a relação do parcelamento agrícola e as linhas de água da forma da qual se estrutura, e também mostrar as parcelas agrícolas no território e tornar visível com a inserção do mosteiro.



Fig. 19 – Edificado – Desenho demonstra o parcelamento distribuído no território. Uma representação que evidencia o isolamento do mosteiro, maior presença de edificação a norte, zona do Vale de Sousa e a sudeste do rio.

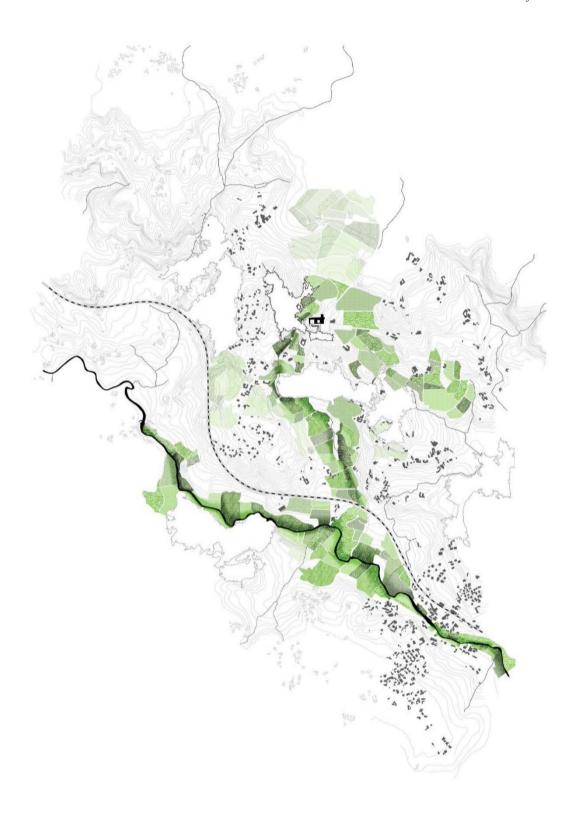


Fig. 20 — Síntese de análise - esta planta permite evidenciar e concluir algumas análises a nível morfológico e como se relacionam estes elementos com o mosteiro.

# 3.4 | Levantamento

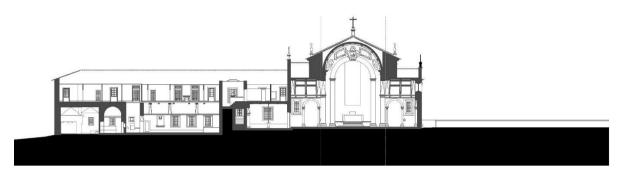


Fig. 21 – Corte pelo interior da area monástica e igreja, relativamente à ala este.

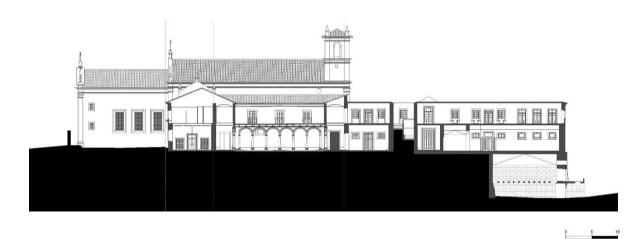


Fig. 22 – Corte pelo interior da area monástica, relativamente à ala norte.



Fig. 23 – Fotografia do interior da ala norte do edificio – visivelmente um edificio em plena degradação.

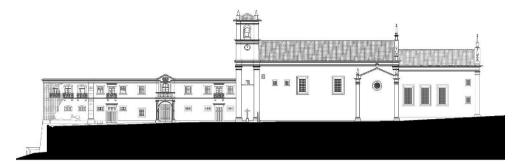


Fig. 24 – Alçado do Mosteiro, relativamente à ala norte.

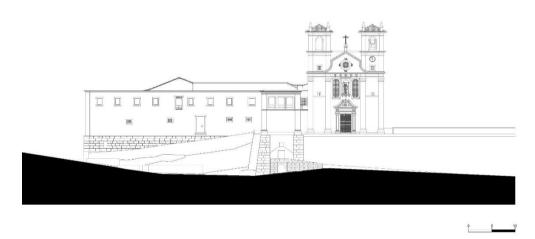


Fig. 25 – Alçado do Mosteiro, relativamente à ala nescente.



Fig. 26 – Fotografia do interior do mosteiro – visivelmente os arcos num edifício com alterações desadequadas.

	3 6 /			D '
rna	Memó	а	ietar	Pro
и.	IVICIIIC	а	iciai	110

Proposta de Reabilitação – Hospedaria

Fig. 27 Mosteiro de São Miguel de Bustelo Penafiel



## 3.5 | O Conceito

Uma vontade de recuperação de um património abandonado revela-se numa frequente necessidade de revitalizar edifícios de grande dimensão, na qual poderá fornecer um enorme contributo no meio urbano e sociocultural da zona onde se encontra inserido.

Devido a uma promissora relevância introduzida à reabilitação e uma maior consciencialização das suas capacidades, tornar-se-á numa importante matéria a considerar. Matéria da qual nos dias de hoje se lida em determinadas vertentes, proporcionando uma regeneração de patrimónios, estimular a para sua revitalização e um retorno a sua comunidade, suscitando transformações arrojadas dos territórios, sendo que permite a comunidade uma aproximação da memória do seu passado, dando-se a conhecer as origens e podendo chegar-se mais perto da população e da identidade.

Portanto, mais que a sua própria regeneração, importante também é que esta ajude a uma modificação enriquecedora para outras construções, proporcionando para uma renovação de espaços diversos para uma nova envolvente de um equipamento regenerado. Esta será uma posição interessante para que haja uma vontade de intervenção na regeneração dos edifícios e não apenas a nível de objeto único e só, mas como parceiros de um plano de urbanização para afastar essa ideia de edifício solitário. O espaço urbano terá uma importância benéfica para com o edifício e toda a imagem, sendo determinante cuidar dos espaços vazios.

Para o caso de estudo do Mosteiro de Bustelo demonstra-se interessante, um edificio histórico e emblemático para a aldeia, sendo um lugar bastante rural, com sinais claros de pouco desenvolvimento.

Sendo um lugar rural e com associação a serviços primários como a agricultura, pois então proporciona-lhes novas capacidades de um novo programa de turismo. Estes três conceitos (*desenvolvimento rural, reabilitação e turismo*) demonstram nos dias de hoje, e quando são corretamente exercidos e implementados, a habilidade de benefício para o território como o do caso de estudo.

A reabilitação do Mosteiro de Bustelo torna-se indiscutível, pois reúne nele diversos rumos de história e identidade, ligação ao património e a sua requalificação e oportunidade de rentabilização com introdução de novos conceitos de turismo rural e cultural.

Dentro deste assunto demonstra-se importante o estudo já realizado no capítulo II com características aproximadas ao objeto de estudo, percebendo as intervenções arquitetónicas de monumentos do qual o seu objetivo passou por um plano de regeneração e desenvolvimento.

## 3.6 A Proposta

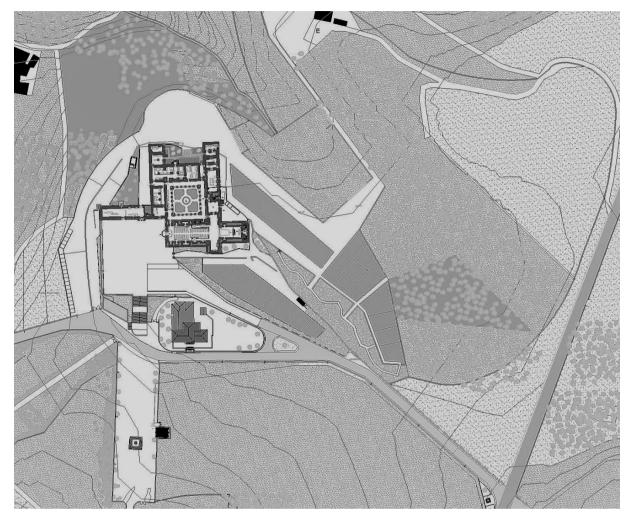


Fig. 28- Planta geral da intervenção



## Processo metodológico

A realização de ensaios de viabilidade estabeleceu-se como um modo utilizado na abordagem da solução, em primeiro plano o confronto da estratégia do programa foi definido com a envolvente. As referências estudadas nos capítulos anteriores foram surgindo de forma natural no decorrer de todo o processo. Pois então tendo em conta o programa que se pretende integrar, as referências foram diferentes e alternativas, não apenas pelo sistema construtivo, mas também na distribuição e da relação espacial. Este estudo pareceu fundamental para o desenvolvimento para uma solução de projeto.

No estudo efetuado das referências de intervenção no património, pelo respeito na obra defendida por Brandi e o ponto de vista de Giovannoni que defendia que a arquitetura não se vê apenas por uma intervenção individual, são pontos fundamentais para definir o desenvolvimento metodológico, que no entanto se deverá validar o valor do objeto, pois cada caso, é um caso, também a recuperação a nível artístico e da sua memória que necessita preservar. Estes foram aspetos salientados na obra de Santa Maria do Bouro, importante para o desenvolvimento final, pois neste faz mais sentido reabilitar na que tenha sido proporcionar-lhe uma perspetiva contemporânea, adaptar às necessidades dos dias de hoje, sem retirar as memórias e a sua identidade.

A nível espacial a proposta de reabilitação, os problemas construtivos e a distribuição apontam em localizar as particularidades arquitetónicas próprias à tipologia do edifício dos sistemas construtivos, para valorizar as qualidades que já têm, principalmente na igreja e na ala nascente.

# Articulação e programa

Surge em primeiro lugar, uma preocupação de melhorar as acessibilidades de aproximação ao Mosteiro, ao cruzeiro e à morgue. Uma intervenção discreta e contemporânea com a reabilitação do largo em frente à igreja com uma circulação pedonal que leva a uma escada enormíssima de ligação ao cruzeiro e à morgue, também a criação de um parque de estacionamento a nascente do edificio numa cota inferior com uma superior qualidade de acessibilidade ao Mosteiro que se faz chegar a sul.

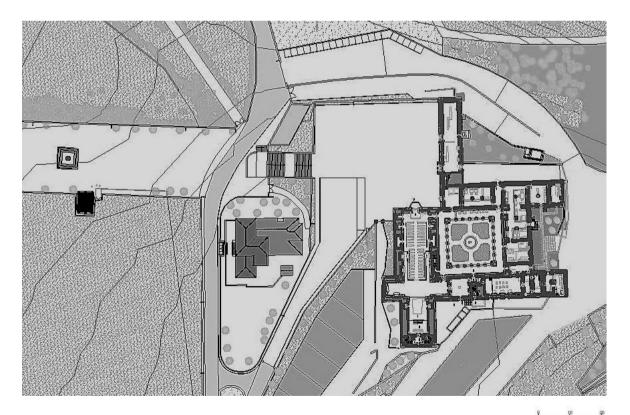


Fig.29 - Planta de intervenção de acessibilidade ao Mosteiro

O programa será constituído por: uma adega, restaurante/bar, alojamento, sala de lazer/leitura, sala administrativa e espaços exteriores, sala de expositores, museu, sala de workshop para que se realizem atividades sazonais das mais diversas áreas, e um museu onde se poderá encontrar informação sobre o Mosteiro de Bustelo, uma área documental em relação a ordem Beneditina e a sua inserção no território Nacional.

#### Legenda:

1- Adega 2- Sala para Expositores 3 – Receção 4 – entrada 5- bar/café 6- esplanada 7- restaurante 8- I.S. 9- cozinha 10- vestuário de funcionários do restaurante 11- sala de workshop 12- arrumos 13- vestuário de funcionários da hospedaria 14- sacristia 15- igreja 16- claustro 17- sala de espera 18- sala de secretariado 19- sala de reuniões 20- sala de administração 21- quartos e I.S. 22- bar 23- sala de lazer/leitura 24- quarto do padre 25- museu 26- varandim

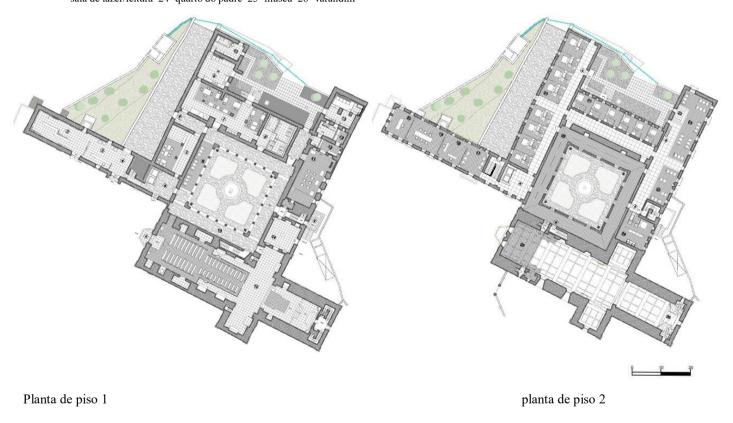


Fig. 30- Plantas de Piso da proposta final

No espaço museológico alberga assim num espaço central do edifício vários objetos com um determinado valor histórico e cultural do mosteiro, sendo que o restauro de inúmeras peças em posse da diocese, da igreja de Bustelo, através da visita ao local tornou-se possível ver e perceber que o espólio restante será fundamentalmente de cárter religioso, pois assim podemos encontrar como objetos: as estátuas, diversos altares, castiçais e também é possível encontrar quadros em tela, madeira, entre outros.

Este espaço museológico pertencerá a uma privilegiada área de menor intervenção do Mosteiro, mantendo assim num enquadramento da relação do espaço e os artigos expostos mais próximo possível, uma vez inseridos num ambiente mais original, elevava para um sentido mais valioso e estável.

A área do museu utilizada circunda todo o Mosteiro, virado para o interior do claustro para que a sua utilização seja feita por todos sem restrição à igreja e hospedaria e a todos que o visitam.

Na ala sul depara-se com um cenário de degradação permanente e sem utilização, espaço esse que marca todo o programa, divide os espaços de carater privado e público. Duas entradas destinadas, da qual uma nos levará a um espaço expositivo e a outra com acessibilidade a todo o edifício e mesmo à igreja.

No piso inferior podemos encontrar uma grande e polivalente sala de conferências e espaços de exposições, para uma melhor apresentação dos produtos produzidos na região, não só os locais, mas para que outros possam anunciar o seu trabalho.

A abertura deste programa neste espaço introduzido no antigo Mosteiro de Bustelo revela-se oportuno pelo cenário de acesso direto com o exterior e com ligação à adega que se encontra na parte lateral da mesma, sendo que terá também a ligação aos espaços verdes, onde se encontram todos os cultivos e zonas de lazer ao ar livre, passando pela entrada da ala norte do edifício. Uma nova acessibilidade vertical foi criada, um elevador junto à receção e a uma escada existente, tornando-se evidente a sua recuperação por termos estéticos e de segurança. A mesma terá um acesso à distribuição da zona administrativa e hospedaria.

A intervenção na ala poente, sendo no momento de utilização paroquial, na existência de uma sacristia e a catequese, necessário pensar o espaço para um programa que se adaptaria a essas exigências e com as do programa proposto. A intervenção no piso inferior formava assim as condições num espaço polivalente do qual o mobiliário ajustasse conforme o acontecimento, poder-se-ia então realizar a catequese, um espaço de workshop e teatro, pois esse mesmo espaço obtém um palco. A sacristia recentemente reabilitada se manterá, o acesso vertical será feito por uma escada que leva ao piso superior, para um espaço de alojamento. Este tipo de programa, pensado num modelo de ocupação quase integral da parte superior do edifício, pretende não só criar condições para receber aqueles que o visita por um maior e alargado tempo, permitiria também criar uma maior proximidade ao visitante ao património cultural e histórico da região, e em especial do Mosteiro de Bustelo.

Neste tipo de intervenção no Mosteiro, já pelo conhecimento profundo de uma alteração dos espaços e com um desconhecimento de características originais devido à escassez de informação documentada, seria importante considerar todo o espaço na criação de novos espaços, como um quarto para o padre, criação de uma sala de lazer/leitura com um bar de apoio, criar quartos de um modelo de alojamento, com o aumento do número dos mesmos, estes já a ocupar a ala norte e nascente do piso superior do edifício. Estas seriam as alas mais problemáticas de reabilitação visto que estariam em degradação e com uma proximidade à ruina. Encontrando-se sem cobertura e com várias intervenções descaracterizadoras do objeto. Foi deste modo necessário uma intervenção profunda.

Pois, entretanto, no seguimento do processo de análise havia já chegado à conclusão que a proposta de intervenção do Mosteiro de São Miguel de Bustelo não poderia ser apenas limitada ao edificado, pois os espaços da implantação não teria ligação com a cerca que noutra hora teriam sido os únicos espaços de ar livre de uso da vida religiosa, também a ligação feita à morgue e ao cruzeiro não estará conduzido da melhor forma, a sua envolvente não estará cuidada, pois esta ganha um fator importante pelo fato de a celebração religiosa desta paroquia, a Nossa Senhora da Saúde em que a procissão fará o percurso pelo cruzeiro, também pelo percurso da Igreja – Morgue – Cemitério, todo este percurso será importante.

Portanto seria necessária uma visão global de toda a área envolvente ao Mosteiro de forma para que se possa criar uma proposta imponente, relevante e que seja recordado o equipamento e quais as suas potencialidades num futuro.

Sendo que a limitação dos espaços, ainda delimitados ou parte deles por muros, oferece uma importância para com as áreas destinadas a atividades complementares ao das propostas de programa. Também tem o sentido de promoção de atividade de pessoas impondo novas formas de entrar no turismo com ligação ao património e natureza sendo qua a motivação para o desenvolvimento do espaço seria mais motivadora.

Criar um programa ambicioso, cheio de novas experiências, levar a cabo a autenticidade do contexto histórico e cultural, um plano bem elaborado para uma estratégia para o turismo. A aproximação do património edificado aos espaços exteriores poderá contribuir para uma harmonização destes dois temas cruciais da história do Mosteiro de Bustelo (edifício e cerca), mas também para a própria aldeia.

Na intervenção dos espaços exteriores necessitaria de ser adotada uma metodologia e primar pela simplicidade e um minimalismo tanto material como formal. Fazer sentir o espaço de diferentes valências para cada pessoa, optando por criar uma limitação aos espaços invisíveis com forma de sentir liberdade e ainda assim manter o controlo na definição e utilização espacial. Seria fundamental ainda uma forma de intervir alterando o ambiente envolvente do Mosteiro sem desprezar o prestígio do qual o edificio tem, mas sem contrário, levando a que o objeto principal apareça em bom e grande plano como o Mosteiro e permitindo a cada utilizador uma interpretação singular.

Esta proposta seria intervencionada pela introdução de novas texturas, através de uma de materiais alternados e inseridos no pavimento, também o jogo pelo desenho das plataformas e das diferentes cotas para que possa criar diferentes áreas num espaço único e livre. Neste enquadramento, importante seria destacar um aqueduto a poente do Mosteiro vindo ao encontro do mesmo em que noutros tempos haveria sido importante para o abastecimento da água. Pois assim tornar-se-á importante sua recuperação desta estrutura, sendo um elemento fundamental daquela área, pois também a ocupar uma localização central, haveria de ser valorizada por uma memória de uma antiga e tão importante função, mas também pela qualidade de um objeto imponente.

No espaço onde o aqueduto se insere, no prolongamento da rua que nos levará ao Mosteiro, isto de um lado, do outro lado os espaços verdes, criam-se espaços de repouso e de usufruto daquele espaço. Vindo desde o cemitério seguindo até ao Mosteiro, levando a água até à ala poente onde está a sala de catequese, onde teria sido o espaço de confeção de comida, atravessando o edifício que conduzirá para um pequeno reservatório de água situado a nascente.

Para um alinhamento e construção deste espaço, dividido por zonas verdes, zonas de cultivo, zonas de repouso e de lazer, a referência aos projetos de The Park at Lakeeshore East em Chicago, Estados Unidos, atelier de James Burnett, projeto importante para um desenvolvimento do desenho no sentido de uma exploração de temáticas ligadas à emoção. No projeto do parque na cidade de Eberswalde na Alemanha, realizado pelos seguintes autores, Topotek 1 Gesellschaft Von Landschaftsarchitekten mbh, importante como se relaciona o espaço com as alternâncias das texturas.

A área envolvente da cerca mistura-se com realidades de carater diferenciado, um de sentido mais urbano envolvendo o próprio Mosteiro, momentos de lazer e de repouso com mobiliário urbano, por outro lado, um carater mais rural, com programa mais ligados à natureza e seria uma forma de associação à atividade agrícola já bem patente neste território. Tendo neste caso como referência já o estudo, do capítulo anterior, do Mosteiro de Santa Maria do Bouro em que se verifica uma aproximação de programas do género, terá de se ter em consideração.

No piso inferior das mesmas, encontrava-se algo também já em degradação permanente, mas permaneceu algo das características do edifício. Elementos que foram mantidos, recuperados e inseridos num programa exigente, mas que possa ser visto por todos que la visitam. O programa seria um restaurante para que possa albergar não só os que são alojados, mas todos os seus visitantes, cozinha, instalações sanitárias, uma cafetaria com uma esplanada inserida no belíssimo interior do claustro. Acesso para o exterior permite uma visita privilegiada de um espaço verde, onde foram criados espaços de cultivo e mesmo de lazer

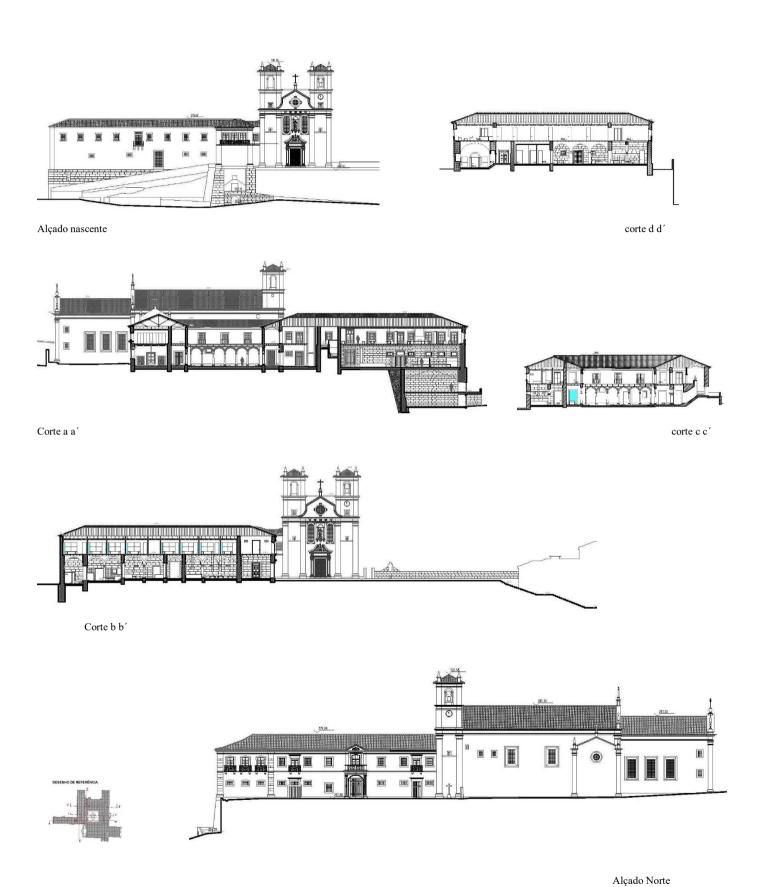


Fig. 31- Desenhos de cortes e alçados da proposta final

## 3.7 | Soluções Aplicadas

Na proposta de intervenção no Mosteiro S. Miguel de Bustelo foram analisadas e avaliadas as propriedades do edifício, qualificando-se através de uma pesquisa da documentação escrita e gráfica possível.

Realizando um estudo a sua origem e fundação do Mosteiro até á sua implantação, seguindo também as fases de construção, vai assim permitir aprofundar um conhecimento do mesmo, para obter uma intervenção e encontrar método que posso consolidar os elementos fundamentais identificativos. Importa referir a importância de uma estruturação de uma série de programas capazes de prevalecer as carências e ansiedade do povo local e sendo capaz de tornar o monumento num elemento dinamizador ligado à história, património e desenvolvimento.

Este processo foi iniciado e logo se deparou com uma escassez de elementos referentes a construção do Mosteiro, sendo que, da sua arquitetura existe apenas alguns apontamentos escritos, que se mostra insuficiente para um entendimento mais claro do espaço.

Perante este cenário de uma escassez de informação gráfica dos elementos arquitetónicos, evidencia-se a necessidade de progredir um levantamento do Mosteiro, na procura de entender os espaços, quais as suas características, os métodos construtivos e etapas, de outro ponto de vista, elaborar meios e métodos necessários após a criação de uma proposta de intervenção.

Na procura de plantas antigas para a melhor compreensão do edifício depara-se aqui também a escassez de informação. Através de fotografias e desenhos, acompanhado com várias visitas e levantamentos, sendo que o levantamento integral terá sido solicitado pela Rota do Românico. Um edifício pouco ornamentado, com algumas alterações já realizadas ao longo dos tempos, mais notavam no seu interior.

Para a compreensão mais detalhada do existente do edificio, torna-se relevante não só apenas a catalogação do material a utilizar para a proposta de intervenção, mas também a criação de uma imagem do Mosteiro através do detalhamento históricos. A partir da informação fornecida pelo SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico), com a descrição do edifício e a sua cronologia, com a informação que se trata de um edifício de interesse público.

Após uma análise diversa sobre a intervenção em património e reabilitação, com as particularidades do objeto de estudo já analisadas, a estratégia de intervenção passará por etapas distintas: a intervenção do edifício Mosteiro, reabilitação dos espaços e ajustamento aos novos programa concedidos; requalificação dos espaços exteriores e toda a sua envolvente delimitada por uma histórica cerca, acessibilidades para atividades ao ar livre com a criação de novos espaços.

No contexto específico ao objeto de estudo pode-se então concluir que a proposta de intervenção patente determina assim uma relação com referências anunciadas pela Carta de Veneza sendo que, o Mosteiro de São Miguel de Bustelo mostre assim indícios importantes na qualidade de arquitetura religiosa a preservar, pois hoje revela uma importância histórica, cultural e simbólica.

Desta forma, é de realçar o edifício conventual da qual a salvaguardava das características para um espaço definido. Método como referencia utilizado pelo arquiteto Alexandre Alves Costa, associando as diferentes teorias de Viollet-le-duc, Ruskin e Boito procura uma nova vida e condições pela requalificação na intervenção no património.

Através destes subentendidos torna-se fundamental entender quais os elementos fundamentais para uma melhor preservação da imagem e das características que o definem, e elementos que não se deveriam adulterar, quais os elementos dissonoros ou perturbador, que se encontram por vezes irregulares e desmazeladas, que devem ser consertadas para obter um melhor valor para o objeto de estudo. No seguimento do procedimento exemplificar-se-ia necessário, a exemplo, desimpedir as aberturas e retirar as alterações recentes com referência desigual à ligação com o objeto, tratando-se de construções sem qualquer qualidade a nível arquitetónico e construtiva, sendo algo que desqualifica o espaço e a sua envolvente.

No interior à procura de recriar elementos já desaparecidos, no caso o piso de cima, esquecido e degradado, já perdeu elementos importantes de um convento. Acontece o mesmo em certas zonas do piso do rés-do-chão com necessidade de intervenção, para reconhecer-lhe um ambiente confortante para um programa de hospedaria associado a um mosteiro.

No entanto, a conclusão do desenho de planeamento dos espaços exteriores torna-se relevante, no que diz respeito a relação com o edificio revela uma imagem equilibrada e moderada, que na sua área de intervenção vem estabelecer-se por todo o espaço antigo, desde o muro da cerca que delimitava o espaço como sendo do mosteiro, a rua em frente do mosteiro e da igreja, criação de parque de estacionamento, acessibilidades. O espaço onde a cerca delimitava, determinava um potencial relevante para uma criação de programas ao ar livre, de relação direta com a natureza a um sentido rural deste território.

### 3.8 Considerações Finais

O foco principal desta dissertação, passa pelo papel importante do arquiteto como interveniente de várias realidades; a história e particularidades pelo tempo, pelos marcos deixados no edifício, e das imposições sociais contemporânea impostas na necessidade de novos princípios de harmonização e vivência. Pois então, o trajeto traçado mostra a relação do arquiteto enquanto disciplina e de caráter social. Neste seguimento, logo de início, pelo contexto histórico do tema e da própria realização de estratégias, entende-se logo a origem do conflito de ligação.

Será importante perceber que reabilitar um edifício, de que uma forma por vezes apaixonante pela arquitetura histórica pelo tempo, traduz-se trazer a memória que pretendemos manter, em que ao recuperar se mantêm e valoriza ainda mais esse estatuto pela sua autenticidade. Em consequência, de algumas dúvidas na introdução de novos âmbitos, como simples restauros, ou preservação ou reabilitação, que ainda hoje se traduz num processo evolutivo, cada vez mais ilustre por um melhoramento da intervenção.

Admite-se, portanto, um plano de centrar num capítulo o esquema exclusivo ao desenvolvimento arquitetónico e às interferências sociais. Uma decisão tomada no decorrer do trabalho, num sentido puro, que surge de forma oposta, de uma ligação para que o debate seja melhor na interpretação dos temas discutidos.

A apreciação de casos de estudo e de teorias, possibilita em parte, alcançar de forma autónoma uma aproximação, mantendo sempre presente a relação entre a arquitetura e os dados históricos. Foram debatidos várias ações e circunstâncias que possibilitam à arquitetura concluir o existente, posições e pensamentos que passa pela analogia e reinterpretação das formas, ou de forma simples completar um sistema, quer seja pela rutura

ou a reinterpretação arquitetónica. Pois nenhuma pode ser considerada a mais certa, pois em cada caso é um caso, e neste trabalho pela sua identidade específica, torna ainda mais sentido que assim seja. Logo, a arquitetura vê-se em confronto de uma realidade complicada de acontecimentos formais e informais, de decisões difíceis que se junta mais ao valor do património.

Deste modo, será fundamental saber interpretar a história, que se possa fazer ultrapassaras indecisões em relação a uma cópia ou negação possa vir a resultar. Ficamos a entender o conhecimento do passado como um recurso imprescindível: primeiro para que se possa de forma prudente atuar, em segundo, para estabelecer uma opinião crítica e necessária para a confiança da arquitetura contemporânea.

A última situação é evidente: uma estratégia de poder articular o edificio de forma contemporânea, integra uma análise mais alargada, em que fatores (sociais, económicos e turísticos) surge de forma mais patente, fatores que a interpretação histórica e as imposições sociais contemporâneas se envolvem, tendo como objetivo sempre a autenticidade do lugar.

A proposta final através de um método analítico e cuidado, de uma pesquisa teórica que colabore para a consolidação do projeto. É o resultado de assuntos discutidos sobre o local ao objeto, passando por intenções e finalidades em relação ao programa a estabelecer. Assim a arquitetura contemporânea define-se mais o seu lugar no espaço histórico, quer seja pelas intenções invulgares ou excecionais. O que se tornará hoje numa dúvida pela sua incerteza formal, será uma oportunidade a otimizar.

### **BIBLIOGRAFIA**

ALVES COSTA, Alexandre – "Património: Entre a aposta arriscada e a Confidência nascida da intimidade" in jornal dos arquitetos 213 – "A la Recherche du temps perdu" 2003

APPLETON, João – "Tecnologias de Reabilitação em edificios antigos. Dos Conventos às pousadas" in jornal dos arquitetos nº147. Lisboa: AO, 1995

BRANDI, Cesare – Teoria do restauro. Lisboa: Edições, Orion, 2006

BARROS, L.A. – património, território e sociedade. Codernação CIOP: 2004

CHOAY, Françoise – A alegória do Património. Lisboa: Ediçoes 70, 2000

FERNANDEZ, Luiz Alonso – Introducción a la nueva museologia. Madrid: Alianza Editorial 2003

FRIER, Pierre-Laurent – Droit du patrimoine cuultural. Paris: 1997

GRAÇA DIAS – "Errónea Equivalência Dictomica" in jornal dos arquitetos nº 136/137 – "Reabilitação conservação", Lisboa: AA, 1994, p.42

HALBWACHS, Maurice – A memória coletiva. Vertice 1990

MARTINS, Sara D, Teixeira – A memória de um lugar: discursos e práticas identitórias na freguesia do castelo de Lisboa. Dissertação de mestrado em Antropologia. Universidade técnica de Lisboa: 2011

MOREIRA, Fernado João – Tourisme, musées et identités locales. Cadernos do MINOM, Lisboa: 1992

PRATS, Llorenc – Antropologia y Patrimonio. Barcelona, Ariel: 1997

SANTOS, Marie Sepúlveda dos – A escrita do passado em museu históricos; coleção museu; Memória e cididania: 2002

SOUTO MOURA, Eduardo in "Santa Maria do Bouro. Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro. Eduardo Souto Moura" 1ºed. Lisboa: white & Blue, 2001

SMITH, Antony D. – A identidade Nacional. Lisboa: Gradiva 1991